tempo e presença

CEDI • número 192 • junho/julho de 1984

1974

10 anos de CEDI

1984

serviços às Igrejas e movimentos populares

Os programas do CEDI

O ecumenismo hoje

cartas cartas cartas cartas cartas cartas

PROJETO EDITORIAL DA REVISTA TEMPO E PRESENÇA.

Respondendo aos quesitos formulados em "Carta aos Leitores", do nº 191, abril/maio de 1984, achamos que a revista deve, em primeiro lugar, estabelecer uma prioridade quanto ao assunto e, em seguida, dar uma cobertura mais sintetizada aos demais assuntos. Nesse particular parece-nos que a revista tende para o vetor eclesial, contestável pelo número de artigos inseridos nas últimas edições.

No caso específico de nossa entidade, consideramos que, enquanto subsídio para cultura geral, é válida, principalmente quanto à abordagem dos assuntos internacionais, de forma bastante compreensível para os leitores. Enquanto aproveitamento do material veiculado, infelizmente, não atende aos nossos objetivos específicos.

Maria Terezinha Prata Dias (Nova Iguaçu - RJ)

Muito me entusiasmei ao ler a revista Presença sobre a autenticidade dos assuntos que esclarecem a realidade brasileira no momento presente de nossa história.

Estou precisando saber algo sobre como posso adquirir a assinatura ou mesmo no caso de uma comunidade como a nossa que somos 4 religiosas que nos mantemos com 175.560,00 sendo que estamos com duas irmãs idosas.

Irmã Edviges Zandonade (Pirapora - MG)

Sou assinante de "Tempo e Presença" e acompanho, sempre, todos os trabalhos divulgados na mesma.

O nº 191 trouxe matéria sobre um programa — NOVAS FORMAS DE SER IGREJA, que achei muito interessante e gostaria, se for possível, que me enviem dados sobre o Programa, para que possam na minha comunidade discutir o tema. Quem sabe, poderemos ser úteis à vocês.

Jorge Feitosa (Rio de Janeiro - RJ)

Aconteceu Especial 14

Povos Indígenas no Brasil/83

Essa publicação apresenta um pequeno resumo do que ocorreu nas áreas indígenas do país, no âmbito da política indígena, a nível local, regional e nacional e da política indigenista oficial, durante o ano 1983.

Esse quadro foi montado pela equipe de edição de POVOS INDÍGENAS DO BRASIl/CEDI, com base no acompanhamento, durante o ano, das notícias veiculadas por 60 jornais de todo o Brasil e nas colaborações de dezenas de pessoas (missionários, antropólogos, indigenistas, fotógrafos, jornalistas, índios, etc.), que conhecem de perto a situação e compõem uma rede alternativa (à visão oficial) de informações.

Pretende ser um subsídio, com informações fidedignas, atualizadas e abrangentes, para todos aqueles que estão empenhados no apoio às lutas dos povos indígenas por direitos permanentes, no Brasil.

Na versão integral (parte geral + 18 capítulos por Área), conforme aparece no "Índice", a publicação contém 26 comentários assinados, escritos especialmente para este número, 20 mapas, 18 quadros, 61 fotos e notícias de imprensa resumidas e classificadas cronologicamente em 98 títulos (povos ou temas), ocupando 249 páginas.

Há informações sobre 172 povos, além do registro de 20 evidências de grupos considerados "arredios".



Os pedidos de Aconteceu 14/ Povos Indígenas no Brasil podem ser feitos através de cheque nominal no valor de Cr$ 8.000,00 para: CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e informação Av. Higienópolis, 983 01238 São Paulo SP.

tempo e presença

CEDI
número 192
junho/julho de 1984

CEDI
Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98 fundos
Telefone 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 66-7273
01283 - São Paulo - SP

Conselho Editorial
Aloizio Mercadante Oliva, Jether Pereira Ramalho, José Oscar Beozzo, Rubem Alves, Zwinglio Mota Dias

Editores
Luiz Roncari
José Ricardo Ramalho
Carlos Alberto Ricardo

Produção Visual e Gráfica
Sergio Alli

Revisão e Copy Desk
Vera Maria Mazagão Ribeiro
Sonali Bertuol

Colaboraram também neste número:
Maurício Pisa, Aloizio Mercadante Oliva, Jorge Luiz Carrera Jardineiro, Lêda Maria Vieira Barreto Leite, Maria Letícia Cotrin, Terezinha de Jesus Chagas Lobato, Vigílio Lourencetti Jr., Carlos Cunha, Neide Esterci, José Bittencourt Filho, Rafael Soares de Oliveira, Valéria Carrera Roura, Heloísa de Souza Martins, Sérgio Haddad, Sonali Bertuol, João Carlos Olivieri, Doroti da Silva e Henrique Pereira Júnior.

5 O ECUMENISMO NO BRASIL. QUESTÕES E PERSPECTIVAS.
Rev. Zwinglio M. Dias

9 O CEDI HOJE

10 Pastoral Protestante

12 Educação Popular/Escolarização Popular

14 Movimento Operário e Igrejas no ABC

15 Povos Indígenas no Brasil

17 Novas Formas de Ser Igreja

18 Igrejas Popular e Movimento Camponês

19 Xerém

20 Documentação

22 A FORMAÇÃO DO CEDI

24 Os primeiros tempos
Carlos Rodrigues Brandão

25 O Assessor na Corda Bamba
José Ricardo Ramalho

26 "...como o terebinto e o carvalho..."
Rubem Alves

29 As Relações do CEDI no Movimento Ecumênico
Jether Pereira Ramalho

30 Documentação: dos dossiês ao Memória
Cláudio Araújo Nascimento

32 As Publicações do CEDI

editorial



Bispo Paulo Ayres Mattos
Presidente do CEDI

"Dez anos de serviço às Igrejas e movimentos populares". Com este mote o Centro Ecumênico de Documentação e Informação deseja expressar a razão de sua presença e de sua atuação até aqui no cenário sócio-eclesial nacional. Nossa presença tem suscitado diferentes reações por parte das instituições eclesiásticas oficiais e de grupos e organizações eclesiais, sindicatos de vários tipos, associações e movimentos populares com os quais temos trabalhado. Mas temos constatado que ainda há uma certa desinformação sobre o que o CEDI faz e pretende, no seu conjunto.

Neste número comemorativo da 1ª década de trabalho apresentamos aos leitores de Tempo e Presença e a todos aqueles envolvidos mais diretamente com o nosso trabalho, a realidade do CEDI hoje, de onde viemos, que transformações sofremos, que propostas assumimos, onde estamos, etc.

Auto-compreendendo-se como uma organização/comunidade de serviço às igrejas em suas pastorais populares e aos movimentos populares em suas múltiplas manifestações, o CEDI desenvolve suas atividades no espaço de intersecção ou cruzamento dessas duas práticas sociais, consideradas como estratégicas na formação e desenvolvimento de processos de mobilização, organização e fortalecimento dos movimentos populares no país.

editorial

Esse trabalho se desenvolve tendo como horizonte uma proposta ecumênica que pode e deve ser desenvolvida a partir dos interesses, necessidades e exigências da realidade cotidiana do povo que constitui a imensa maioria de nossas igrejas e que através delas ou fora delas vai construindo formas autônomas em relação às Igrejas institucionais, ao Estado e aos Partidos políticos, de mobilização e organização em defesa e promoção de seus direitos permanentes. A questão do ecumenismo é uma questão permanentemente debatida, dada a importância de seu significado para as Igrejas. O ensaio que publicamos reflete uma das várias abordagens possíveis do tema e procura ressaltar o rigor da reflexão sobre o mesmo que o CEDI persegue.

Ao trabalhar junto às Igrejas, no lugar onde elas se fazem presentes ao lado dos pobres e oprimidos, solidarizando-se com suas lutas por uma vida mais digna e alegre e por uma ordem social mais justa, o CEDI se referencia teologicamente através dos seguintes marcos: a importância da Bíblia na pastoral popular; a construção do Reino de Deus; a recuperação da tradição profética; o desenvolvimento da utopia da esperança messiânica; o estabelecimento da justiça; o aprofundamento da tensão fé e vida; a liturgia mais voltada para as questões do dia a dia; a renovação da fraternidade eclesial. Estes referenciais teológicos são vividos e trabalhados numa perspectiva ecumênica, de respeito às diferentes tradições e expressões de fé do povo brasileiro. O outro ponto referencial que direciona suas atividades é seu compromisso com o fortalecimento dos movimentos populares, nas suas diversas formas de luta, na construção de sua sabedoria, na afirmação de seus direitos permanentes, em seu direito de participação em todos os níveis de decisão na sociedade, em sua liberdade de expressão e organização, em seu acesso aos bens da cultura e em seu direito fundamental a um trabalho digno.

No curso de sua pequena história o CEDI procurou sempre reforçar seus contatos com as Igrejas e/ou formações eclesiais e os movimentos populares que reivindicam sua colaboração. A partir de 1983, ao constatar que não mais podia continuar a trabalhar como uma espécie de balcão de atendimentos eventuais das reivindicações dos setores das Igreja e dos movimentos populares, sob pena de dispersão de seus esforços ante o volume dessas demandas, resolveu partir para a implementação de programas específicos capazes de responder às questões centrais emergentes da interação de significativos setores das Igrejas com os movimentos populares. Na seção "O CEDI HOJE", o leitor encontrará uma descrição pormenorizada das propostas e atividades dos diversos programas em andamento. Os artigos assinados por José Ricardo Ramalho e Carlos Brandão procuram assinalar as fases e as questões prévias da prática do CEDI que conduziram à formulação dos atuais programas.

Se a história foi curta no tempo, não deixou de ser extensa e intensa tendo em vista a gama intrincada de relações estabelecidas dentro e fora do país como nos demonstra Jether Ramalho, e as questões de fundo, teológicas e políticas, que agitaram o mundo eclesial nos últimos 30 anos e que estão na base do processo que gerou o CEDI atual como poeticamente nos descreve Rubem Alves.

O CEDI é esse esforço inspirado pelo Evangelho uma vez dado aos pobres... que quer instrumentalizar suas lutas com o concurso do conhecimento científico de nosso tempo. Trabalhando ecumenicamente e em relação com esforços semelhantes em outras partes do mundo, o CEDI tem contado com o apoio solidário de organizações cristãos do 1º mundo que tem acreditado em sua proposta e apostado em sua significação para importantes setores da Igreja e da sociedade brasileira.

E neste momento em que a Sociedade brasileira se encontra mergulhada numa das piores crises de sua história, o CEDI através desta revista comemorativa, refirma seu compromisso ecumênico e sua linha de trabalho no fortalecimento dos movimentos populares.

Bispo Paulo Ayres Mattos
Presidente do CEDI

O *Ecumenismo* é uma questão complexa. Seu entendimento enfeixa variadas e diferentes interpretrações, algumas mais amplas, outras mais estreitas. Também o ponto de onde abordá-lo (da perspectiva da Igreja católica ou de uma das Igrejas protestantes) varia, e com ele variam as ênfases e os méritos. Dentro do CEDI o ecumenismo tem sido motivo de um debate permanente, que está muito longe ainda de um consenso ou de uma visão homogênea em torno do assunto, se é que isso é possível. Tendo em vista a atualização e enriquecimento do debate, pedimos ao nosso secretário geral, Rev. Zwinglio M. Dias, que nos escrevesse algo a respeito. Veio este ensaio, precioso pela riqueza de dados e interpretação, mas controverso. Nem todos concordarão com ele, haverá réplicas e tréplicas, tomara, o interesse não foi outro, senão o de que o mosaico da diversidade adquira cores mas se componha na mesma figura. E que quem ganhe com isso seja o próprio *Ecumenismo,* nisto não há desacordo.

O Ecumenismo no Brasil: Questões e perspectivas

Rev. Zwinglio M. Dias

A busca da unidade da Igreja expõe, à flor da pele, o nervo central que regula a existência e a atividade de todas as instituições que se auto-afirmam como igreja, pois ela enjuíza as formulações teológico-doutrinárias que as justificam, convidando-as à kenosis (esvaziamento) evangélica e a uma nova reestruturação tendo em vista a Unidade "para que o mundo creia"... (Jo. 17,21). Assim, a questão ecumênica é uma questão ecelesiológica por excelência e toda proposta neste sentido, para ser verdadeira, tem que passar pelo leito de uma discussão que envolve o significado do ser-da-Igreja no mundo e apontar na direção de uma nova congregação histórica da Igreja de Cristo, que só tem sentido enquanto instrumento para a construção do seu Reino.



Falar, pois, de ecumenismo no Brasil significa discutir as relações entre as formas eclesiológicas existentes entre nós, ou seja, falar a partir das múltiplas manifestações eclesiais que se apresentam sob a bandeira do Catolicismo, passando pela instituição hierárquica que pretende coordená-las, e desembocar no mar revolto das variadas expressões eclesiais do assim chamado Protestantismo, incluindo aqui o fenômeno do Pentecostalismo.

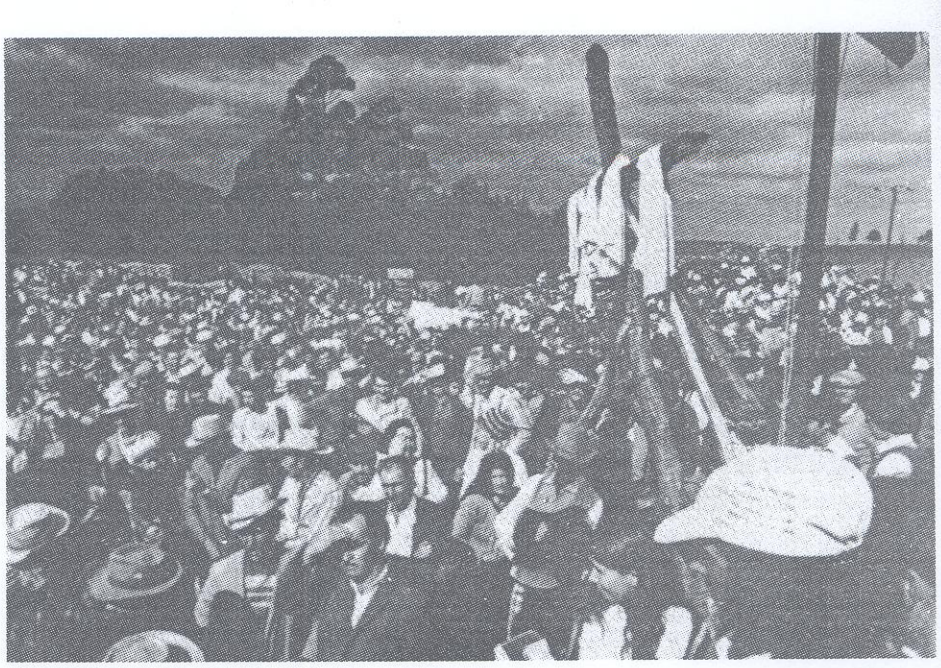
dificuldades do ecumenismo no Brasil: história

Diferentemente, porém, dos tratamentos metodológicos dados à questão ecumênica pelas igrejas e organismos eclesiásticos europeus e norte-americanos, temos que levar em consideração, em nosso caso, um conjunto de variáveis, tanto no Catolicismo quanto no Protestantismo, que tornam nossa experiência singular, complexa e irredutível aos modelos desenvolvidos em outros contextos. Neste artigo, em que pesem suas limitações, tentaremos deslindar alguns aspectos da prática ecumênica, tal como vem sendo exercida e pensada em nosso país, com o objetivo de precisar suas principais questões, levantar algumas perspectivas em relação ao seu futuro e problematizar certas concepções já comuns entre nós, de

O **Rev. Zwinglio M. Dias** é Secretário Geral do CEDI, doutor em Teologia e pastor da IPU (Igrejas Presbiterianas Unidas).

modo a fertilizar uma reflexão que cada dia se torna mais urgente.Muito dificilmente se escapa do falso pressuposto de que a Igreja Católica se constitui num bloco monolítico com estratégia clara e propostas unívocas em relação à sociedade brasileira. Da mesma forma, trabalha-se muitas vezes com essa concepção em relação ao conjunto do Protestantismo. Ora, nem o Catolicismo é monolítico, apresentando fraturas cada vez mais profundas nos diversos níveis de sua concepção e formas de relação com a sociedade e a cultura brasileira, como atestam os diferentes conflitos instalados no seu bojo nos últimos 20 anos, como não se pode falar mais de Protestantismo no singular, pois o que os estudos sociológicos têm demonstrado à sociedade é que existem diferentes universos protestantes em operação dentro da sociedade brasileira, e salta à vista que as relações entre as diversas tradições eclesiásticas protestantes não são nem simples e nem fraternas em muitos casos.

Na verdade, o que aproxima as Igrejas Protestantes e as irmana numa pretensa identidade comum é o anti-catolicismo que as caracteriza. Uma vez que a identidade histórica original foi marcada pelo rompimento da unidade institucional do cristianismo ocidental e as Igrejas Protestantes foram implantadas no país dentro de um projeto sócio-político que as contrapunha radicalmente à Igreja Católica, então aliada do Estado oligárquico, não há como escapar ao ethos protestante brasileiro plasmado e consolidado por questões políticas e afirmações ideológicas numa oposição guerreira ao Catolicismo. É verdade que hoje se vive um processo radical de reformulação dessas posições, tanto de um lado como de outro. Mas é um processo que se restringe a algumas denominações e setores específicos nelas, dirigentes ou não, e que ainda não teve forças suficientes para empolgar majoritariamente os fiéis (ex-católicos) e reorientá-los para uma atitude fraterna frente a Igreja Católica. Do lado desta observa-se, mutatis mutandis, a mesma situação. Com isso, a identidade protestante veio a formar-se por uma oposição militante ao catolicismo visto e condenado pelas Igrejas como uma expressão religiosa idolátrica, anti-cristã e anti-bíblica. Foi nessa visão que se plasmou a mentalidade e a **raison d'être** do "ser protestante" brasileiro, visão esta que se encontra vigente até os dias atuais.



Os sem-terra de Ronda Alta (R.S.)

Em que pese as atitudes de generosa abertura de algumas Igrejas que podemos contar com os dedos de uma mão, como a IECLB, a Metodista, a Episcopal e Presbiteriana Unida, ao lado de outros grupos numérica e socialmente de pouca expressividade, as Igrejas não-Católicas brasileiras têm como um dos elementos fundamentais que justificam sua institucionalidade eclesial a negação eclesiológica da Igreja Católica. É evidente que essa postura é caudatária da Reforma do século XVI e tem, portanto, sua justificativa histórica.

Concílio Vaticano II e Conferência de Medellin

As transformações da sociedade brasileira, especialmente a partir da 2ª guerra mundial, levaram à consolidação do Protestantismo e também à sua consagração enquanto mais uma proposta legitimadora da ordem capitalista estabelecida com a modernização dos principais centros sócio-econômicos do país. O Catolicismo à partir do Vaticano II e especialmente depois de Medellin assumiu postura radicalmente contrária a até então mantida em relação não só a realidade social como face às Igrejas Protestantes. A decisiva opção da Igreja de romper seus compromissos com os setores dominantes e voltar-se para os setores marginalizados e empobrecidos da sociedade abriu-lhe novos horizontes e permitiu-lhe reinterpretar seus conteúdos doutrinários na linha de uma eclesiologia voltada para o povo. Isto trouxe conseqüências éticas de enorme repercussão e abriu a igreja para um diálogo profundo com as forças transformadoras da sociedade e para um novo enfoque frente as demais igrejas. A realidade do pluralismo eclesial deixou de ser contestada e o desejo de diálogo e aproximação com as demais Igrejas firmou-se como um aspecto importante da atividade pastoral da Igreja.

Ora, o protestantismo de um modo geral tinha se desenvolvido no país abrigando-se nos setores médios da sociedade, aliando-se e dando fôlego ideológico às propostas sócio-políticas da pequena-burguesia nacional, das quais tornou-se prisioneiro. A não evolução de sua eclesiologia no compasso das necessidades novas criadas pela transformação da sociedade levou-o ao esquecimento de suas formulações teológico-doutrinárias e ao reducionismo em fórmulas fáceis de proposta sócio-política e existencial da versão do Evangelho que pregava. O resultado foi o temor ante a abertura ousada e ao engajamento decisivo da Igreja Católica junto aos projetos libertadores das camadas politicamente mais engajadas da sociedade brasileira.

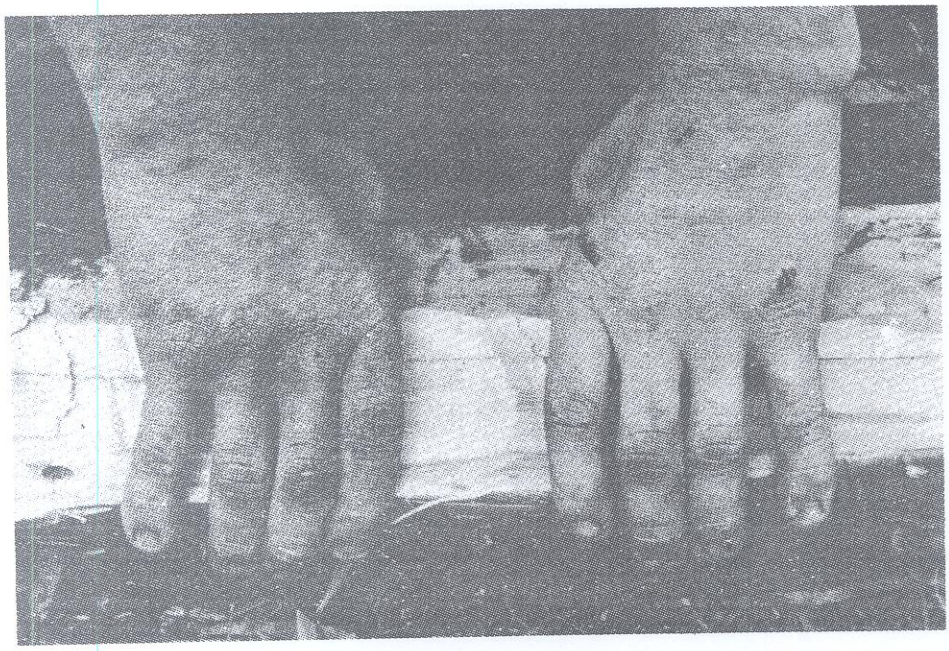
Essa luta contra o fantasma de uma Igreja toda poderosa que desejava destruir as Igrejas Protestantes pelo poder de sua sedução fez com que as Igrejas Protestantes, num esforço por fazer

sobreviver uma antiga proposta, numa atitude de auto-defesa irracional, também se fechassem umas às outras. O que houve de cooperação e esforços interdenominacionais até então praticamente desapareceu. E o ecumenismo entre protestantes continua tão difícil quanto as relações com a Igreja Católica. Junte-se a isto a enorme influência de grupos conservadores norte-americanos que reforçam com dinheiro, literatura e projetos assistencialistas as atitudes tradicionais das Igrejas no seu fundamentalismo bíblico, seu pietismo individualista e sua postura ética moralista e anti-social. Nestas circunstâncias, os esforços de algumas poucas igrejas através de suas lideranças, se bem que abrem espaços para o diálogo e a cooperação com setores da Igreja Católica, na verdade não representam muito em termos de uma real comunhão e aliança intereclesiástica a serviço do povo brasileiro. Note-se ainda que o enorme desenvolvimento das Igrejas Pentecostais agrava o quadro na medida em que estas expressões eclesiais se fundam na trilogia conservadora do Protestantismo e mobilizam o povo numa perspectiva religiosa desligada da problemática social que o flagela.

as iniciativas ecumênicas e seus alcances

Entretanto, apesar do panorama eclesiológico mostrar-se tão infenso à proposta ecumênica, não faltaram iniciativas e projetos de cooperação tanto à nível das igrejas Protestantes entre si quanto de um acercamento de algumas destas à Igreja Católica, mormente depois da abertura ensejada pelo Concílio Vaticano II.

Na verdade, estas iniciativas partiram primeiramente dos grupos protestantes. As igrejas do Protestantismo tradicional, apesar de suas cristalizações fundamentalistas, sempre foram suscetíveis às influências oriundas de suas igrejas de origem e, quando os ventos ecumênicos começaram a soprar na Europa e nos Estados Unidos, alcançaram também as igrejas brasileiras e sensibilizaram alguns de seus setores. O surgimento do movimento que deu origem à Confederação Evangélica do Brasil na década de 30, que reunia praticamente todas as igrejas num esforço comum pela Evangelização e a Educação Cristã, quebrando barreiras denominacionais e ampliando os horizontes eclesiológicos, foi um exemplo marcante disso. O mesmo aconteceu com a formação de movimentos de juventude como ULAJE e UCEB, que vararam fronteiras denominacionais e nacionais e ensejaram uma nova reflexão sobre o papel das Igrejas evangélicas no Brasil e na América Latina. Estes movimentos, que nem sempre foram bem recebidos pelas lideranças eclesiásticas, respondiam às transformações sócio-políticas vividas pelo país e colocaram os candentes temas da transformação social na agenda das Igrejas. Instalaram-se assim a controvérsia e a discussão no seio de grande número de comunidades protestantes. Surgiram projetos comuns, ainda que tímidos e de pouco alcance, realizaram-se encontros interdenominacionais e as propostas ecumênicas que pediam uma nova postura eclesiológica penetraram nas igrejas.



Setores ecumênicos das Igrejas Protestantes se aliam a seus pares dentro do Catolicismo. Movimentos que procuram relacionar o testemunho das Igrejas com as lutas populares proliferam por toda a América Latina. Ao influxo das exigências impostas por um testemunho mais solidário e ligado às grandes aspirações dos povos latino-americanos, as Igrejas se movem na busca de um espaço de colaboração maior. Surgem então as Conferências das Igrejas Evangélicas latino-americanas que desembocam no movimento da UNELAM que, na década de 70, dá origem ao CLAI (Conselho Latino-americano de Igrejas). Paralelamente, os movimentos intereclesiais deixam de receber a chancela oficial das instituições mas estabelecem uma nova discussão entre as igrejas: desta vez não mais vertical, mas horizontal, juntando cristãos de diferentes origens eclesiais num projeto comum de luta pela transformação de suas sociedades. Como essa proposta ameaçava projetos já consolidados no interior das instituições eclesiásticas e clamava por uma transformação das mesmas para que se pusessem de fato a serviço do acontecimento evangélico, foi marginalizada e perseguida. O mesmo ocorreu no catolicismo, no entanto, sem a mesma virulência, uma vez que a estrutura católica tinha espaço suficiente para abrigar e manter sob controle as mais variadas tendências. Por outro lado, a Igreja Católica latino-americana, a brasileira em particular, levou a sério a proposta do Vaticano II e, pressionada por suas bases, instaurou um verdadeiro processo de conversão eclesial, fazendo uma opção concreta pelos pobres e marginalizados do país e do continente, em que pesem todas as tensões geradas em seu interior por esse tipo de reconstrução eclesiológica.

Algumas poucas Igrejas, no entanto, alinharam-se no novo projeto eclesial que se foi desenhando no embate transformador da realidade brasileira e, junto com a Igreja Católica, deram origem a um instrumento de serviço aos projetos de promoção humana, criando na década de 70 a Composição:

CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço) e, no início da década atual, chegaram a formação do CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs). Este diálogo propiciou inclusive a subscrição de um acordo de aceitação mútua do Batismo entre Católicos, Metodistas, Luteranos e Episcopais.

o CEDI e o ecumenismo

O atual Centro Ecumênico de Documentação e Informação — CEDI — surgiu nestas circunstâncias polêmicas como a expressão militante de um grupo de evangélicos de diversas denominações, a princípio, para incluir logo a seguir cristãos católicos (teólogos e cientistas sociais), preocupados em discutir, programar e atuar através de cursos, seminários, assessorias de vários tipos e publicações junto às Igrejas e aos movimentos populares que as atravessam a partir das questões propostas pelo envolvimento de setores das Igrejas na realidade nacional. O CEDI procurou e procura desenvolver uma reflexão bíblico-teológica fundamentada na análise permanente da conjuntura brasileira, da situação real das Igrejas em seu inter-relacionamento e da sua presença junto aos setores populares da sociedade. Seu trabalho tem-se desenvolvido conjugando uma intenção teológica radicalmente ecumênica a uma intenção política que privilegia as organizações populares enquanto protagonistas fundamentais do processo de transformação da sociedade nacional.

Todas estas iniciativas que são marcos importantes numa caminhada difícil e prenhe de obstáculos ainda estão longe, no entanto, de representar um esforço comum que englobe decisivamente as Igrejas Protestantes e a Igreja Católica num único projeto a favor do povo brasileiro. São, porém, sinais de esperança plantados com firmeza no horizonte...

olhando para o futuro

A vivência ecumênica é um chamamento à experiência pascal, pois coloca o desafio de uma nova forma de ser Igreja para todas as propostas eclesiásticas cristalizadas ao longo dos séculos. Por isso mesmo, exige uma abertura decisiva às experiências culturais, políticas e religiosas que nem sempre correspondem aos critérios mantidos pelas formas eclesiásticas institucionalizadas, embora não deixem de conter e manifestar, à sua maneira, os valores fundamentais da proposta evangélica.

Em que pesem a boa vontade e a disposição de significativos setores episcopais da Igreja Católica por um lado e, por outro, a postura eminente comprometida das chamadas Igrejas ecumênicas do espectro protestante nacional, a proposta ecumênica ainda permanece com enormes dificuldades para se desenvolver. Como assinalamos no princípio desta reflexão, trata-se de uma questão eclesiológica de fundamental importância que tem a ver, portanto, com as premissas teológicas que emergem das ações concretas dos diferentes campos eclesiásticos e dos grupos cristãos engajados numa prática evangélica nem sempre sob o controle direto das estruturas eclesiásticas vigentes.

As experiências das CEB's no Catolicismo hoje, com toda a riqueza eclesial que têm produzido e o enorme potencial de transformação da estrutura da Igreja e de mobilização de significativo setor da sociedade civil, parece que encontram, no aparato estrutural da Igreja, um polo de contenção e controle que, legitimando-as, as disciplina e as encaminha de modo a preservar os interesses do poder institucionalizado.

Estas experiências, que de fato estão refazendo grande parte da Igreja de baixo para cima, rompendo velhos esquemas e abrindo um considerável espaço para a expressão popular, dado o peso histórico, político e institucional da estrutura, não têm condições de se transformar numa verdadeira ação criadora da Igreja, numa experiência pascal que prepara a ressureição do povo numa forma verdadeiramente nova de ser Igreja, instrumento e agente de uma nova sociedade. Ao funcionarem como experiências de atualização e modernização da Igreja historicamente dada, preservam a esta como um dado social e, se contribuem de forma decisiva para o processo de superação da sociedade desigual e desumana onde a maioria padece dos hororres da miséria e da marginalização, estão limitadas pelos projetos institucionais que se entrechocam no âmbito tanto nacional quanto internacional da Igreja. A postura pré-conciliar do atual Papa e as hostilidades cada vez maiores dos setores nacionais com o apoio declarado do Vaticano contra as pretensões da Igreja que quer nascer do povo são um exemplo maior disso.

As Igrejas Protestantes, de modo geral, prisioneiras do universo pequeno-burguês, dão a impressão de estarem perdidas entre o Fundamentalismo de um lado e o liberalismo teológico do outro, sem condições de uma opção de classe decisiva por falta de consciência política e de um projeto eclesiológico capaz de responder aos desafios do momento. Seus setores mais avançados são atraídos pela ação dos setores mais progressistas do Catolicismo, mas não têm como reverter esta experiência para o contexto de suas próprias comunidades e ficam imobilizados na denúncia do arcaísmo de suas instituições. No outro polo, encontramos a maioria das Igrejas sucumbindo, pela morte inapelável de seu velho modelo eclesial, às propostas avivalistas da experiência psico-religiosa do Pentecostalismo, que vai sepultando no passado as heranças mais caras da Reforma do século XVI.

As entidades de serviço às Igrejas e aos movimentos populares que desempenham a difícil tarefa de promover a proposta ecumênica estão desafiadas a trabalhar criativamente no sentido de reforçar todas as iniciativas quer de Igrejas quer de grupos e setores eclesiásticos seriamente sensibilizados e envolvidos com a promoção das verdadeiras aspirações populares. Em que pesem as dificuldades apontadas, não resta dúvida de que, no caminho já percorrido, foram consolidados avanços importantes que pedem desdobramentos, na medida em que novas situações se vão viabilizando tanto a nível de Igreja Católica quanto de setores significativos das Igrejas Protestantes.

Entretanto, a proposta ecumênica é mais ampla que apenas esta associação solidária, ainda que ela já represente muito numa situação onde o diálogo é escasso. Há questões teológicas de fundo que precisam ser enfrentadas com realismo, coragem e humildade, sem o que a verdadeira caminhada ecumênica (a libertação de todo homem e do homem todo) não se desenvolverá plenamente. E se ela não se der, o povo é quem pagará as consequências.

NOTA.

ULAJE — União Latino-americana de Juventudes Evangélicas. Hoje um movimento ecumênico que inclui católicos.

UCEB — União Cristã de Estudantes do Brasil. Filiada a Federação Mundial de Estudantes Cristãos. No Brasil era a versão protestante da JUC.

O CEDI HOJE

Os Programas de Trabalho e Assessoria do CEDI

O que é o CEDI? O que faz o CEDI?

Nesta seção, procuramos apresentar os **Programas** desenvolvidos pelo CEDI, o que consideramos a melhor forma de dizermos o que somos. Vivendo a tensão entre ser instituição ou ser movimento, o CEDI encontrou no desenvolvimento dos **Programas** a melhor forma de não se cristalizar na primeira e não se dissolver no segundo.

O eixo preferencial do nosso trabalho gira em torno de dois temas básicos: a **intersecção Igrejas/movimentos** (com relação à qual temos intenções teológicas e políticas) e a **produção de conhecimento** (na forma de serviços), acentuando sempre nossas preocupações metodológicas, com relação à questões como a "pesquisa participante", "pedagogia do conflito", etc.

Um conjunto razoável de pessoas, com disponibiliade e competência, assumindo coordenadamente essas duas faces do CEDI — os **serviços** a interlocutores preferenciais (beneficiários diretos) e os **modos** de produzi-los —, constroem a **experiência do CEDI.**

A estruturação do CEDI em **Programas** vem da intenção de se aprofundar a acumulação dessa experiência e viabilizar a formação de equipes de trabalho mais consistentes, com calendários próprios, e que não fiquem ao sabor de demandas genéricas e eventuais. Foi também a forma que encontramos de combinar o lado político com o lado técnico de nosso trabalho: externamente, capacitando-nos a prestar um serviço de maneira mais profissional, mas sem perder o sentido militante; e, internamente, desenvolvendo nossa capacidade e qualidade do trabalho, e permitindo que se galvanize uma estrutura de poder intermediária mais consistente, um campo de discussões e implementações das opções decididas nos órgãos colegiados do CEDI (Veja o quadro abaixo).

Os textos que se seguem, falam diferentemente dos espaços em que se desenvolvem os **Programas**, de como se organizam, de que forma acumulam suas experiências, das dificuldades que encontram, e, principalmente, de que tipo de trabalho e assessorias podem prestar. Cada equipe dos Programas enfatizou um ou vários desses aspectos, o que dá um tom desigual às apresentações, mas que na verdade revelam os desenvolvimentos desiguais dos próprios programas. Quer dizer, enquanto alguns estão ainda apenas em fase de implantação, outros já estão solidificados nos seus campos de ação há tempo, possibilitando isso uma clareza maior dos seus objetivos e métodos. Por outro lado, pode ser também que por imperícia não tenhamos respondido às questões que o leitor faria ao CEDI e aos seus **Programas.** Nesse caso, escreva-nos, que tentaremos responder através da própria revista, já que nossa intenção nesta seção foi a de fazer uma **primeira apresentação global** dos nossos trabalhos. E, como em toda preliminar, muita coisa importante pode ter ficado de fora.

Os órgãos colegiados

Diretoria:
Presidente - Bispo Paulo Ayres Mattos (Igreja Metodista)
Secretário - Benjamin de Souza Neto, O.S.B. (Igreja Católica Romana)
Tesoureiro - Rev. Domicio Pereira de Mattos (Igreja Presbiteriana Unida)

Coordenadoria Geral:
Secretário Executivo - Zwinglio Mota Dias
Secretaria Executivo Adjunto - Carlos Alberto Ricardo
Coordenadores (S.P.)
Henrique Pereira Junior e Sergio Haddad
Coordenadores (Rio)
Virgílio Lourencetti e José Bittencourt Filho

Conselho Editorial:
Aloízio Mercadante Oliva
Jether Pereira Ramalho
José Oscar Beozzo
Rubem Alves
Zwinglio Mota Dias

O CEDI HOJE

Pastoral Protestante

Programa de assessoria e apoio à ação pastoral das Igrejas

Este Programa surgiu a partir de duas realidades: o peso social que os evangélicos começam a ganhar no Brasil e o avanço das contradições internas do campo religioso protestante, que têm provocado o surgimento de igrejas e grupos preocupados com a necessidade de um engajamento sócio-político mais pronunciado através de uma prática pastoral pertinente à realidade brasileira.

Tal prática pastoral teria como componentes básicos a articulação dos grupos mencionados, para troca de experiências e análise da prática, circulação de informações, produção de conhecimento alternativo e incremento da perspectiva ecumênica.

Os grupos em questão são informais, i. é., constituem-se espontaneamente a partir de afinidades no campo teológico-pastoral e ideológico e se atraem uns aos outros através da circulação de informações. São integrados em sua maioria por quadros jovens (seminaristas, lideranças leigas e pastores) das igrejas do protestantismo histórico.

O Programa é uma resultante da experiência ecumênica acumulada pelo CEDI desde seus primórdios. Como se sabe, os evangélicos que foram impedidos de desenvolver seu trabalho através da Confederação Evangélica do Brasil, fortemente golpeada em 64, e que se engajaram numa articulação ecumênica continental, foram os fundadores do CEI, depois transformado em CEDI.

Devido ao ascenso de lideranças conservadoras e reacionárias às funções estratégicas das estruturas eclesiásticas de várias denominações durante pelo menos uma década, o protestantismo brasileiro caracterizou-se pelo absenteísmo e lutas internas contra o avanço do movimento carismático.

Paralelamente sob o impacto do Vaticano II e Medellin, a Igreja Romana traçava novos rumos pastorais informados pela tríplice opção: pelos jovens, pelos pobres e pelas Comunidades Eclesiais de Base. Nesse período, o CEDI como um todo prestou seus serviços sobretudo apoiando e assessorando as pastorais especializadas da Igreja Católica.

Passado o período de "caça às bruxas" como fechamento de seminários e expurgo de professores, manipulação das informações, censura implícita e explícita ao pensamento de certos teólogos, antiecumenismo ferrenho e aumento da dependência financeira e ideológica a setores ultraconservadores do protestantismo norte-americano, começaram a surgir no protestantismo brasileiro sinais de esperança.

Estes sinais apareceram na proporção direta do novo clima que passou a viver o país, ou seja, o da abertura democrática. O protestantismo brasileiro com sua ideologia de minoria e mentalidade sectária, é bastante sensível ao poder constituído. Nos arraiais evangélicos facilmente a censura transforma-se em autocensura e o autoritarismo



Como o CEDI se sustenta?

Esta instituição/comunidade de serviço às Igrejas e ao movimento popular, por sua própria natureza de entidade civil sem fins lucrativos e pelo fato de ser independente das Igrejas institucionais, vive permanentemente às voltas com a questão do financiamento de suas atividades.

Desde seus começos, o Centro Ecumênico teve de trabalhar na base da elaboração de projetos específicos que são submetidos aos organismos eclesiásticos de ajuda das Igrejas européias e norte-americanas, com fins de financiamento. No que se refere às Igrejas Protestantes, a relação com as instituições de ajuda passa pela Secretaria para América Latina da "Comissão de Ajuda inter-eclesiástica, Refugiados e Serviço Mundial" de Igrejas. Esta mediação, no entanto, não coibe, mas ao contrário, fomenta as relações diretas entre o CEDI e as referidas instituições de ajuda que não apenas contribuem financeiramente, mas acompanham os trabalhos desenvolvidos através de extensa correspondência, visitas recíprocas e permanente avaliação das atividades. Mais que agentes financiadores, são cooperadores e companheiros numa mesma caminhada, que culmina numa troca de experiências que visa fertilizar o esforço conjunto em favor do ecumenismo, da promoção da amizade entre as igrejas, e fazer avançar uma nova compreensão nas relações entre o primeiro e o terceiro mundos.

Sem a mediação do CMI, o CEDI também mantém contatos e recebe colaborações de algumas agências católicas que trabalham no mesmo espírito de suas co-irmãs protestantes.

Atualmente, nosso trabalho é apoiado em grande parte por ICCO — Comissão Intereclesiástica para projetos de desenvolvimentos — da Holanda, e Brot für die Welt — Pão para o Mundo — da Igreja Evangélica Alemã. As demais instituições protestantes que cooperam em menor escala são: Ajuda Cristã do Conselho Britânico de Igrejas, Ação Diaconal da Igreja Evangélica da Holanda, Comitê Ecumênico de Solidariedade com A. Latina, também da Holanda, Igreja Unida do Canadá, Igreja Episcopal do Canadá, Serviço

governamental em rigorismo ético-doutrinário e em controle ideológico.

Os evangélicos que integram o CEDI intuiram que era momento de responder ao desafio que representava atuar junto às igrejas protestantes, sobretudo entre aquelas que, apesar dos pesares, mantiveram sua fidelidade ao movimento ecumênico internacional, através de sua filiação ao Conselho Mundial de Igrejas.

Contudo, a relação direta com as estruturas eclesiásticas é um capítulo mais recente na história do Programa. Inicialmente, ele apenas cuidou de atuar junto a grupos informais notoriamente dispostos a desenvolver uma prática ecumênica e alternativa. Num primeiro momento tratou-se de nuclear estes grupos em diferentes estados do Brasil promovendo encontros cujos objetivos eram compartilhar experiências e informações, refletir sobre temas teológicos, ampliar o conhecimento da realidade brasileira, celebrar juntos a Salvação, e, através disso, encontrar o que une os cristãos.

Num segundo momento, o Programa percebeu a necessidade de um instrumento de informação que circulasse notícias, e que fosse expressão de uma prática e um referencial entre todos aqueles que simpatizam com a proposta de um protestantismo ecumênico. Este órgão de informação chamado "ACONTECEU NO MUNDO EVANGÉLICO", aos poucos vai adquirindo reconhecimento e, ultimamente, tem servido como veículo da secretaria regional de uma articulação ecumênica evangélica e continental — o Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI).

Outra constatação foi a impossibilidade de se concretizar uma nova prática evangelizadora sem uma espiritualidade correspondente. Aliás, o pensamento teológico produzido na América Latina e no 3º Mundo parece mais e mais preocupar-se com o tema, passado já o período polêmico de sua implantação e reconhecimento como genuíno pensar teológico. A partir daí, o Programa decidiu investir na publicação de Devocionários que subsidiem o estudo da Bíblia e a vida devocional. Até aqui foram publicados dois títulos de autoria do teólogo Rubem Alves que já tiveram várias edições, o que indica seu alto nível de aceitação. Outros volumes estão no prelo.

O hiato criado após 64 fez com que as novas gerações das igrejas praticamente desconheçam a riqueza do pensamento protestante ecumênico produzido nas décadas de 50, 60 e início dos 70, sob muitos aspectos pioneiro e renovador. Os teólogos e pensadores evangélicos ligados ao movimento e entidades ecumênicas de serviço em toda a América Latina, indubitavelmente, foram os precursores da Teologia da Libertação. Publicações e textos contendo pensamento teológico, bíblico e científico apareceram em profusão naquele período, e apesar de sua contextualidade guardam enorme grau de atualidade (V. "...Como o Terebinto e o Carvalho...").

Apenas como exemplo, citamos um dos momentos mais importantes da história do protestantismo brasileiro, hoje quase totalmente desconhedico: "A Conferência do Nordeste", ocorrida em 1962, como iniciativa da Secretaria de Estudos e Ação Social da Confederação Evangélica do Brasil, Ali,



parecia iniciar-se uma nova era no protestantismo brasileiro. Uma era na qual as igrejas em regime de intercolaboração iriam enfrentar os desafios missionários colocados pela realidade brasileira. O produto dessa Conferência foi cuidadosamente ocultado de modo a impedir que fosse tema de reflexão nas comunidades locais e instituições das Igrejas. O Programa pretende restaurar essa memória reeditando os documentos ali produzidos e colocando-os à disposição para análise e crítica.

O Programa propõe-se ainda a fazer circular o pensamento produzido no contexto do movimento "Igreja e Sociedade na América Latina" (ISAL), e colocar para as novas gerações contribuições marcantes e decisivas como a do teólogo e missionário Richard Shaull, responsável pelo engajamento de significativo segmento da juventude evangélica brasileira, da qual muitos remanescentes ainda hoje são militantes estratégicos do movimento ecumênico no Brasil.

É objetivo do Programa colaborar na ação comum com outras entidades ecumênicas de serviço. Constantemente promovemos encontros e publicações em conjunto com organizações como ISER — Instituto de Estudos de Religião, CESEP — Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização Popular, CEBEP — Centro Brasileiro de Estudos Pastorais, e outras, sendo que é cada vez maior nossa proximidade dos órgãos ecumênicos oficiais das Igrejas, como o CONIC — Conselho Nacional

Mundial das Igrejas do Conselho Nacional de Igrejas dos EUA, Secretaria de Direitos Humanos do CMI, Comissão de Participação das Igrejas no Desenvolvimento, também do CMI, e várias outras instituições eclesiásticas que colaboram exclusivamente através da Secretaria Latino-americana do Conselho Mundial de Igrejas. Dentre as agências católicas somam-se Broderlijk Delem da Ação Quaresmal da Igreja Belga, Trocaire, da Igreja da Irlanda e o Comitê Católico contra a fome e pelo desenvolvimento — CCFD, do Episcopado francês.

O CEDI tem por princípio trabalhar em estreita colaboração com o Conselho Mundial de Igrejas, daí sua decisão de submeter todos os seus projetos à sua Secretaria para A. Latina, através do Comite Latino-americano de Compartilhar Ecumênico de Recursos.

Parte das atividades do CEDI, no entanto, é financiada através do trabalho voluntário de colaboradores engajados em sua proposta ecumênica e também através da colaboração das Igrejas e entidades destinatárias de seus serviços.

de Igrejas Cristãs, o CLAI — Conselho Latino Americano de Igrejas e a CESE.

Prestamos serviços também a igrejas locais, instituições eclesiásticas e instituições de educação teológica. Aliás, o trabalho que acumulamos nessa área, através de diversos tipos de assessoria, desembocou numa relação cada vez mais estreita e positiva com as autoridades eclesiásticas de diferentes confissões do protestantismo brasileiro. Temos funcionado inclusive como um fator de integração entre as diversas experiências pastorais que as igrejas mencionadas têm desenvolvido, isoladamente, devido ao hábito histórico do separatismo que se pretende vencer.

O Programa estrutura-se da seguinte forma: há uma Equipe Central, composta por pessoal ligado funcionalmente ao CEDI e alguns companheiros evangélicos cuja vinculação específica ao CEDI situa-se em outros Programas e Setores com funções executiva e coordenadora; há também uma Equipe Nacional, composta por pessoas convidadas que representam denominações, instituições e entidades evangélicas, que funciona como uma espécie de "Conselho Consultivo", informando sobre as ênfases e estratégias dos seus respectivos contextos e fornecendo opiniões acerca do planejamento de trabalho anual. As reuniões dessa Equipe são também oportunidades de reflexão profunda sobre temas previamente escolhidos pelo coletivo. Por fim, há os Núcleos Regionais, equipes de agentes de diversas denominações, cujo propósito é disseminar a proposta, ampliar contatos, distribuir publicações e organizar eventos, segundo as demandas das áreas em que se encontram.

Vale ressaltar que o Programa denomina-se "Assessoria à Pastoral Protestante", sabendo-se que "Pastoral" aqui é entendida como uma atitude coletiva da Igreja, ou seja, refere-se ao conjunto das ações das igrejas dirigidas a todos os campos em que atua. Embora seja uma expressão incomum ao vocabulário protestante, o Programa corre o risco de utilizá-la inclusive porque do ponto-de-vista ecumênico este tem sido seu sentido consensual. Por outro lado, tal denominação traduz a convicção de que apenas as Igrejas possuem Ação Pastoral, sendo nossa tarefa apenas assessorá-la e apoiá-la.



O CEDI HOJE

Educação Popular/ Escolarização Popular

O Programa está voltado para a assessoria de trabalhos de educação de adultos

Trabalhamos no campo da escolarização de adultos das camadas populares: alfabetização, primeiras contas, pós-alfabetização e ensino supletivo. Nosso trabalho se insere no campo mais amplo da chamada Educação Popular.

O programa está voltado para a construção de uma metodologia que dê conta da ampliação das possibilidades de domínio pelos grupos populares de conhecimentos e habilidades até então sob o controle de apenas uma parcela da sociedade. Nesse sentido nossa atuação se insere num processo de democratização de oportunidades educacionais, cuja ênfase está na qualidade deste trabalho, através do aprimoramento metodológico na aquisição de novos conhecimentos.

O mote metodológico

Aprimoramento metodológico significa a adequação das relações de ensino-aprendizagem às condições de vida dos que estão envolvidos no processo.

Em primeiro lugar, quanto aos materiais didáticos, significa superar sua má qualidade editorial: pequena preocupação técnica, desenhos mal feitos, qualidade de impressão precária. Aos que sempre tiveram menos, o melhor de qualidade.

> ***"nossa atuação se insere num processo de democratização de oportunidades educacionais, através do aprimoramento metodológico na aquisição de novos conhecimentos"***

Em segundo lugar, procuramos criar uma perspectiva metodológica que seja uma alternativa possível de aprendizado, onde as dificuldades sejam apresentadas de maneira gradativa, tornando possível a sua superação. Em terceiro lugar, o aprimoramento significa criar uma alternativa a uma metodologia que possa ser fator de alienação: que a compreensão do mecanismo de ler, escrever e contar tome o lugar do ensino da simples técnica de ler, escrever e contar; que no processo se possa desvelar o significado social das palavras, das contas e do próprio ato de aprender; que a dependência educador-

educando seja substituída pela autonomia de ambas as partes e que no espaço da escola caiba a expressão das necessidades sentidas pela comunidade.

A questão política da escolarização

Numa sociedade de classes, os conhecimentos e habilidades que os grupos populares pode adquirir podem ser fator de alienação ou libertação. O que determina uma utilização ou outra não é só a boa ou má intenção de quem organiza e põe esses conhecimentos à disposição desses grupos. A forma de utilização destes conhecimentos também depende da vida social que estes grupos possuem, do seu maior ou menor poder de organização e de conscientização.

Os próprios grupos percebem que a escolarização é essencial na sociedade em que vivemos: a leitura, a escrita e as primeiras contas são instrumentos fundamentais num processo de humanização e como direito de cidadania.

Igreja, Estado, movimentos populares

A atuação do programa nos últimos três anos vem se dando na ocupação de um espaço não coberto pela maioria das entidades que assessoram trabalhos em educação popular. No contato com outras entidades fomos percebendo a pouca valorização da questão metodológica, muitas vezes em favor de aspectos estritamente políticos da educação; em outros casos, apesar da preocupaçaõ com a metodologia, foi explicitada a dificuldade em concretizá-la. A princípio este espaço foi determinado no assessoramento de movimentos populares ligados à Igreja.

"numa sociedade de classes, os conhecimentos e habilidades levados até os grupos populares podem ser fatores de alienação ou de libertação"

Entretanto a ocupação do espaço de escolarização por nós não significa que atuemos no sentido de resistência à atuação do Estado. Pelo contrário, aceitamos a hipótese de que a atuação do Estado é contraditória, e de que há, no limite, a sua responsabilidade última no processo de educação popular. Paralelamente à luta pela democratização de oportunidades educacionais, mais vagas e melhor qualidade de ensino, há outra, que é a de democratização do aparelho do estado, que fará com que seus serviços — inclusive o sistema educacional — ganhe sentido mais amplo.



Cartilhas produzidas pelo programa para MEB e CEDOP.

Como trabalhamos

O ponto de partida do nosso trabalho foi a experiência concreta vivenciada pela equipe de escolarização de adultos das camadas populares. No entanto, esta experiência não é o bastante: ela se amplia na construção e sistematização desse conhecimento a serviço desses grupos. Produzimos, em conjunto com o Cedop-Am, dentro de seu Projeto Seringueiro, material de alfabetização e primeiras contas para seringueiros do Acre que se articulavam num projeto de cooperativismo e de luta pela posse da terra através do sindicato rural e de outras formas de organização. Produzimos para o MEB também um material de alfabetização e primeiras contas para ribeirinhos que vivem em comunidades ao longo do Rio Solimões. Nestes dois casos se colocou a impossibilidade de elaboração do material na região, dadas as precárias condições de infra-estrutura e de habilitação específica para trabalhar a metodologia.

Em outros casos, onde se coloca a possibilidade e a necessidade dos grupos que estão engajados nas experiências de educação produzirem seus próprios materiais, trabalhamos através de acompanhamentos mais sistemáticos dessas experiências.

Com outros grupos, que ainda não estão engajados no fazer, ou que estão sentindo mais a necessidade de reflexão, trabalhamos no sentido de ajudar a pensar a questão e alguns caminhos da escolarização e da metodologia dentro de suas realidades especficas.

"a atuação do Estado é contraditória e há no limite a sua responsabilidade última no processo de educação popular"

Colocamos o conhecimento acumulado pelo grupo na experiência do Acre à diposição de outros grupos que estejam preocupados em produzir material, através de uma publicação (caderno do CEDI 13, Educação Popular) onde sistematizamos o processo da produção do material.

A idéia é que as experiências possam ser constantemente realimentadas, através de avaliações (embora no caso da Amazônia se coloquem as dificuldades da distância), da própria prática dos monitores dos grupos populares e da troca de experiências. Também as experiências dos grupos assessores são fontes de conhecimento. Seminário e assessorias com tais grupos são fontes dessa realimentação.

À medida que realizamos estes trabalhos, temos a preocupação de sistematizar as experiências e estimular aqueles com quem nos relacionamos a fazerem o mesmo. Este esforço é fundamental para o avanço neste campo onde pouco se acumulou até hoje.

Movimento Operário e Igrejas no ABC

Reconstrução das lutas operárias e a participação dos movimentos cristãos

A história recente do movimento operário e sindical tem sido marcada pela presença decisiva e polêmica dos trabalhadores metalúrgicos do ABC. O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema representou a reentrada de um setor importante da classe operária brasileira no cenário político nacional, como uma força social viva e atuante, após muitos anos de aparente "silêncio". Desde 1978, os operários metalúrgicos mostraram um vigor político que surpreende a todos: o Governo, os vários setores de oposição e até mesmo sua própria liderança sindical. As grandes greves operárias, ao longo destes seis anos, sempre tiveram uma presença marcante deste setor da classe trabalhadora e conseguiram abalar pilares importantes da política econômica e repressiva do regime autoritário: a política salarial e a sindical.

Neste ano de 1984, os trabalhadores metalúrgicos do ABC voltam à cena política, derrubando na prática mais um decreto salarial e desenvolvendo um importante movimento grevista mesmo tendo sua entidade sindical sob intervenção estatal. Novas questões aparecem para o conjunto do movimento sindical com a "ousadia" dos metalúrgicos do ABC. A intervenção denunciou com profundidade os limites da estrutura sindical e as greves que estão ocorrendo demonstram a organização operária além do sindicato oficial. São Bernardo foi também o espaço social e o berço histórico de novos e importantes agentes políticos: o PT e a CUT.

"o que nos interessa é a reconstrução das lutas operárias, destacando a luta de uma parcela de trabalhadores que tem sua prática ligada a movimentos de igrejas"

Os metalúrgicos do ABC afirmaram-se vigorosamente no cenário político brasileiro de nossos dias, como a expressão do novo e como a participação decidida dos trabalhadores empenhados na construção de sua história.

A militância sindical no ABC revela uma incrível criatividade nas formas de comunicação dos sindicatos, nos mecanismos de participação e organização política das bases e nas mobilizações operárias.

A escolha deste lugar social e histórico, para o desenvolvimento de nosso Programa, tem a preocupação de contribuir com o registro e recuperação de um dos momentos políticos mais importantes do processo de construção da classe operária brasileira, enquanto sujeito histórico capaz de expressar seus interesses. A recuperação das tradições, das experiências, das vitórias e derrotas é uma tarefa importante , para que as lutas políticas do presente possam assimilar e incorporar criticamente seu próprio passado.

Os trabalhadores e as Igrejas no ABC

A história política e sindical dos trabalhadores do ABC escrita até hoje tem destacado a participação da Igreja Católica na construção deste importante movimento social, salientando, especialmente as figuras de dois bispos: D. Jorge Marcos e D. Cláudio Hummes. O primeiro esteve à frente da diocese de Santo André de 1954 a 1975, sendo considerado como o primeiro bispo que colocou a problemática operária dentro da preocupação de sua pastoral. D. Cláudio Hummes permitiria a manutenção de um posicionamento firme da Diocese em defesa da luta operária. Quatro anos depois, na greve de 1979, a atuação da Igreja foi fundamental no apoio ao Fundo de Greve, na concessão do espaço físico das paróquias após a intervenção no sindicato e na participação direta na negociação dos trabalhadores com o governo e os patrões.

O nosso objetivo, entretanto, não é o de reconstruir a história das Igrejas no ABC, e muito menos analisar as relações das Igrejas com a classe trabalhadora através da presença e da atuação apenas dos bispos e padres. O que nos interessa é a reconstrução das lutas operárias e, nesse sentido, o programa destaca também a luta de uma parcela de trabalhadores que tem a sua prática ligada a movimentos de Igreja. O ponto central de nosso enfoque, então, é o de ver como se constrói e com que elementos — e aqui a ideologia religiosa tem papel fundamental — se fundamenta a prática desses militantes no movimento operário e sindical. Qual é a forma de participação do militante cristão no movimento operário e sindical? Como a ideologia religiosa elaborada pela Igreja sobre e para a classe trabalhadora marca a prática desses militantes?

Não pretendemos recolher, simplesmente, os documentos elaborados pela diocese e pelos movimentos de Igreja, mas pretendemos através de entrevistas com militantes cristãos reconstruir o cotidiano de sua prática, suas relações com os trabalhadores na fábrica e no bairro, a sua relação com a hierarquia da Igreja, sua concepção do mundo, do trabalho e a especificidade da atuação do cristão nesse mundo.

"pretendemos reunir, ordenar, arquivar, analisar, produzir e divulgar as informações forjadas por este movimento social"

Se, por um lado, as transformações que ocorreram na Igreja têm um papel explicativo importante, não podemos deixar de salientar que a prática dos militantes se dá no movimento operário e sindical e é aqui, no interior desses acontecimentos, que se dá a relação tensa e contraditória da ideologia religiosa com a **classe** trabalhadora. É a partir do desenvolvimento dessa relação que podemos entender, então, as transformações que ocorreram na Igreja e nos seus movimentos dirigidos para a classe trabalhadora.

Poderíamos sintetizar nossos objetivos prioritários da seguinte forma:

1 — poder revelar a palavra e a importância da formação cristã na militância operária;

2 — revelar para o movimento e para as lideranças uma visão não mistificadora da militância cristã;

3 — procurar entender qual a contribuição desse movimento que nasce, se organiza e se desenvolve no espaço de intersecção das Igrejas para a luta sindical no ABC;

4 — de tentar verificar **se, como** e **onde** as lutas sindicais modificam a prática dos movimentos cristãos.

Metodologia: uma observação militante

Nossa perspectiva é conceber a memória como uma atividade íntegra da história, e não como um mero registro oficial ou mistificador da experiência. Por esta razão, pretendemos constituir um acervo que não seja apenas a versão dos vencedores, mas também as controvérsias, as dúvidas, as incertezas e as derrotas, que dialeticamente contam a evolução da história das lutas populares.

"a escolha do ABC tem a preocupação de registrar e recuperar um dos momentos políticos mais importantes do processo de construção da classe operária brasileira"

Temos como objetivo reunir, ordenar, arquivar, analisar, produzir e divulgar as informações forjadas por este movimento social localizado política e regionalmente. E principalmente construir um circuito de produção de conhecimento permanente a serviço da luta operária, que só se efetivará com formas definidas de socialização das informações coletadas e analisadas. Essa socialização implica em uma concepção de documentação que quebra o monopólio das informações e na construção de uma memória que assegure uma utilização social ampla. O uso social da produção de conhecimento, que estamos empenhados em desenvolver, é o grande desafio e a riqueza da proposta, e nisto se diferencia profundamente das inúmeras análises, pesquisas e especulações teóricas acerca dos metalúrgicos do grande ABC.

O CEDI HOJE

Povos Indígenas no Brasil

Levantamento da situação atual

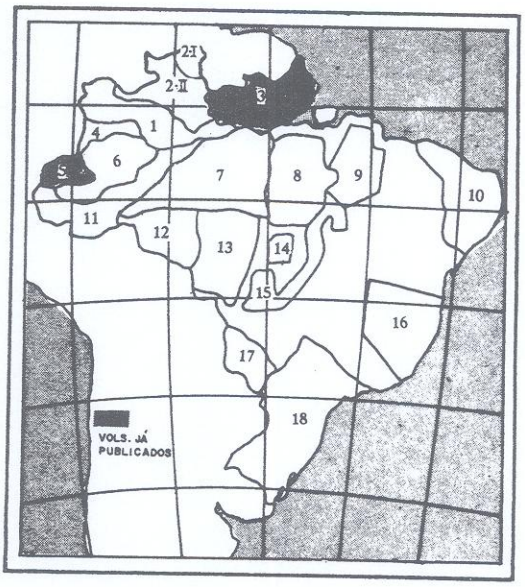
O projeto foi formulado em 78, no bojo da campanha nacional contra a "falsa emancipação". Naquela ocasião, o ardil oficial foi desmontado por uma forte mobilização da opinião pública, cuja fonte propulsora foi um "lobby" que se formou no interior da sociedade civil, integrado basicamente pelos "amigos dos índios": uma parcela dos missionários de vários tipos, indigenistas e antropólogos, principalmente. Mas também advogados, jornalistas, parlamentares e **índios** ("lideranças" emergentes a nível regional/-nacional). Tratava-se de um capítulo importante na **luta pelos direitos permanentes dos novos indígenas**, principalmente quanto à terra, segundo seus usos e costumes, contra a sanha integracionista da política oficial, cujo ponto terminal seria destinar os territórios indígenas ao mercado de terras, aos projetos de colonização, às mineradoras, à construção de estradas e hidroelétricas. A população indígena deveria se diluir na geléia geral brasileira, devidamente congelada como folclore, na memória (oficial) nacional.

"a emergência de novas forças numa quadra em que estava em jogo a superação da tutela autoritária por um sistema de garantias permanentes aos direitos dos índios"

Nesse contexto, algumas pessoas do CEDI que participavam como assessores (especialmente da trajetória do Cimi, nos anos 70) e militantes do movimento pró-índio fizeram um diagnóstico da situação e formularam a proposta de um **Levantamento** a nível nacional, que buscasse sistematizar informações fidedignas que servissem como subsídios aos movimentos de apoio ao movimento indígena. Reconhecíamos vários níveis na chamada **luta pelos direitos permanentes dos índios**:

(1º) A nível regional/nacional, os principais protagonistas eram, de um lado, os "amigos dos índios" em fase de ruptura profunda com a condução e eficácia da política oficial. De outro, a

As áreas do levantamento

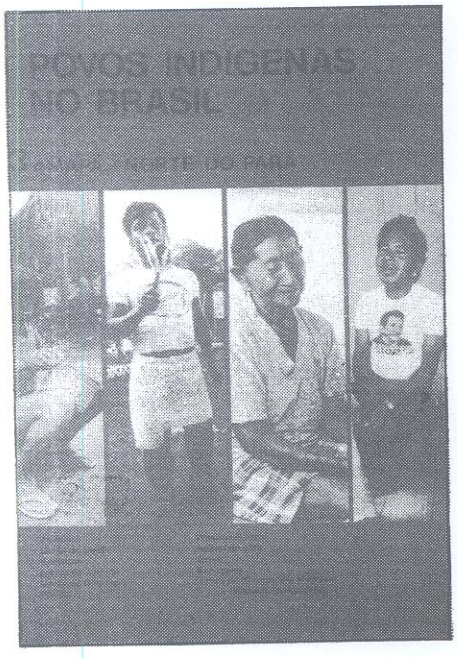


1. Noroeste da Amazônia
2. I. Roraima — lavrado
2. II. Roraima-mata
3. Amapá/Norte do Pará
4. Solimões
5. Javari
6. Juruá/Jutaí
7. Tapajós/Madeira
8. Sudeste do Pará
9. Maranhão
10. Nordeste
11. Acre
12. Rondônia
13. Oeste do MT
14. Parque Indígena do Xingú
15. Goiás / Leste do MT
16. Leste
17. Mato Grosso do Sul
18. Sul

Funai/o Minter, o Regime. Portanto, uma luta desde logo identificada com a conjuntura da "redemocratização". Ao avanço do Cimi, ao aparecimento de associações voluntárias de apoio ao índio em quase todas as capitais, à criação de comitês de campanha, ao envolvimento de associações profissionais, etc. correspondiam, de outro lado, uma crescente militarização dos quadros da Funai e sua submissão também crescente aos desígnios da política de "segurança e desenvolvimento".

(2º) A nível local, destacava-se a existência de formas particulares de **resistência indígena** diante dos vários processos em curso contra os seus direitos. Tais formas apresentavam uma variabilidade concreta razoável, em função da diversidade cultural e situacional de cada povo/comunidade, incluindo o seu relacionamento com formas de apoio e intervenção de agências de contato especializadas (missões religiosas implantadas ou itinerantes, chefes de postos da Funai, indigenistas alternativos, etc.)

(3º) Dava-se também a tênue emergência, a nível regional e sobretudo federal, de índios como interlocutores diretos na cena política, que animados, pelo respaldo da opinião pública, demonstravam uma certa autonomia tanto dos "amigos" (que a valorizam, mas nem sempre conseguem reforçá-la com eficácia e desprendimento) como dos inimigos. Exemplo disso são as caravanas étnicas às capitais estaduais e a Brasília, e até, mais recentemente, as tomadas de ajudâncias e delegacias regionais da Funai, etc. Intensificou-se bastante esse estilo de participação, incluindo o acesso aos meios de comunicação de massa, com a histórica ascensão de Juruna, cacique de aldeia Xavante de Namukurá, à condição de deputado federal; a assembléias, de líderes promovidas pelo QMIL, a UNI...



(4º) Por última, constatava-se a fragilidade e o fracionamento dessa parcela do campo político pró-índio, numa quadra em que estava em jogo a superação da tutela autoritária, por um sistema de garantias aos direitos permanentes dos índios cujo principal sustentáculo fosse a própria política indígena, com um sistema de alianças com os não-índios, no novo arranjo democrático.

Pesquisa-movimento

Diante deste quadro e deste diagnóstico, uma proposta mostrou-se marcada, desde o início, por uma preocupação político-metodológica que viabilizasse a cooperação dos vários segmentos do campo político pró-índio, no sentido de produzir uma versão alternativa à versão oficial sobre a situação atual dos povos indígenas que, no vira-ser democrático da conjuntura, reforçasse o movimento indígena. Esse movimento de produção "coletiva" de conhecimento (pelo fracionamento real e não por um capricho metodológico) implicaria necessariamente, na articulação de um campo permanente tenso de reflexão e de troca. Não se pretendia, ao cabo do processo, criar-se uma resultante política que implicasse na dissolução da identidade original dos participantes.

As pretensões teóricas são reduzidas, embora elas existam subjacentes à toda conceituação editorial do programa, refletindo-se nos ítens da ficha padrão, no peso da atualidade versus história, no tratamento da história, da memória oral, na visão externalista (desde as frentes de expansão) versus versão intimista (desde a organização social) dos povos indígenas, etc.

No trabalho feito até agora, há inúmeras questões interessantes. Por exemplo: como conciliar diferentes e até divergentes versões sobre a realidade indígena no interior de uma mesma rede de colaboradores? Como conciliar a lentidão, na produção dos volumes até certo ponto necessária — se se quiser preservar os horizontes políticos-metodológicos do projeto, com a necessidade de uma prestação de serviços mais colada ao movimento pró-índio e ao movimento indígena? Qual o ponto terminal deste Programa?



"a proposta tinha uma preocupação político-metodológica que viabilizasse a cooperação dos vários segmentos do campo político pró-índio reforçando o movimento indígena"

No momento, o levantamento cobre 18 áreas, em ritmos desiguais de andamento, mobilizando cerca de 450 colaboradores com participações diferenciadas. A equipe de edição trabalha no CEDI, em São Paulo, com uma pessoa em tempo integral e quatro em tempo parcial. Além das funções editoriais, de pesquisa e de coordenação, a equipe mantém um arquivo de textos e fotos.

No geral, a população indígena no Brasil está aumentando (cerca de 170 povos diferentes, falando igual número de línguas, num total aproximado de 220 mil pessoas), embora alguns povos estejam ameaçados de extinção. Crescem também os movimentos reivindicatórios e atualizados de identidade étnica: **o Brasil, no futuro, com índios.**

O CEDI HOJE

Novas Formas de Ser Igreja

"Como discernir e subsidiar as Novas Formas de Ser Igreja, numa perspectiva Ecumênica e popular?"

Há questões polêmicas e ainda indefinidas neste propor da semente: como discernir e subsidiar as Novas Formas de Ser Igreja, numa perspectiva Ecumênica e popular? Falando apenas das experiências de CEBs, até o momento o que conhecemos mais de perto, ficam as perguntas sobre a dialética entre movimento e instituição; sobre as possibilidades de real colaboração das CEBs e de outras novas formas de ser Igreja; sobre a relação Igreja-Sociedade na busca de uma transição para novas formas de Igreja de Sociedade etc.Essas e outras questões virão à tona, na medida em que (e se) a plantinha crescer, e imporão por si mesmas seus termos de definição e linhas de solução.

Assim começamos as andanças, sempre dois a dois, conforme o Evangelho manda, que é para ir sempre aprendendo um com o outro. Muitas vezes, alguém mais ligado ao CEDI e alguém mais ligado ao IAJES: descobrindo novas formas de colaboração e de formação de quadros. Araçatuba, Lins, São Paulo, Rondonópolis, Andradina, Caieiras, Cunha, Três Lagoas, Diamantino, encontrando bispos e gente do povo, religiosas e seminaristas, padres e leigos. Nas andanças, nos papos, levantando algumas hipóteses. Hipóteses que gostariam de despertar contribuições de teóricos (teólogos, historiadores da Igreja, sociólogos...) e agentes de pastoral, na reflexão sobre Novas Formas de Ser Igreja.

Nos primeiros três meses de contatos e assessorias, em que predominaram as relações com CEBs, relacionamos algumas hipóteses que apresentamos em estado bruto:

1. O que é CEB? - Não se trata de uma nova "fórmula" de pastoral, mas de um "novo aparecer" (de uma Ressurreição, diz Jon Sobrino) da Igreja dos pobres em suas diversas formas.

2. O que é "Igreja dos Pobres" ou "Igreja Popular"? - Trata-se de um modelo de Igreja com hegemonia das classes populares e que assume portanto o "Projeto Histórico dos Pobres".

3. Uma Nova Forma de Ser Igreja supõe "novas formas" de fazer teologia, de ler a Bíblia, de analisar a sociedade; novas formas também de ser pastor, de celebrar, de organizar a Igreja; novas formas de se "fazer caridade" etc., etc.

Nos vários encontros, a gente vai testando e aprofundando um pouco hipóteses: uma, de que os "modelos" de Igreja ainda presentes em nossos dias correspondem a sucessivas hegemonias de algumas classes, seja da nobreza feudal, da burguesia capitalista ou das classes populares. E, outra, a busca do que há de novo na "liturgia" das CEBs nos leva a pensar a diferença entre o "eclesial" e o "eclesiástico". Na Igreja encontramos sempre os dois elementos.

O "Dom de Deus": a Graça, a Palavra a presença de Jesus Ressuscitado e de seu Espírito, o seu crescimento misterioso do Reino... e a resposta humana: a fé, compromisso com a palavra e com o Reino; a esperança que renova a vida momento por momento; a experiência do amor pascal (morte-ressurreição) dentro e fora da comunidade visível. Eis o nível do Eclesial.

Mas há também, e necessariamente, o nível do eclesiástico, a estrutura humana, a encarnação da resposta ao dom de Deus em formas visíveis, a institucionalização, a organização da Igreja, a maneira de celebrar, de se reunir, de levar adiante a missão.

A Igreja exerce sua função de visibilidade do dom de Deus ("Sacramento") através de sua forma histórica de ser, através da comunidade dos cristãos (eclesia, reunião dos convocados), encarnada num tempo, num lugar, numa situação histórica. Sujeita, portanto, às leis da história: refletindo em si as limitações e contradições de cada formação social em que está presente; condicionada pelas estruturas sócio-políticas e econômicas, pela cultura, pelos homens concretos de um ambiente concreto.

Questionar um tipo de instituição, descobrir o surgimento de novas formas estruturais de Igreja, não significa, então, questionar a Igreja como tal. A própria fidelidade ao dom de Deus leva a Igreja a estar sempre reformando e adaptando suas estruturas, para acompanhar os apelos do Espírito através dos sinais dos tempos.

MOTORES E CANOAS

Pensando no conjunto da caminhada das novas formas de ser Igreja no Brasil, um amigo nos dizia: É como uma frota de barcos subindo o rio; os motores, lá na frente, estão achando dificuldades em avançar; mas as canoas, atrás, vão ganhando espaços bem mais rapidamente. De fato, descobrimos que em algumas regiões se fazem em três anos os avanços que em outras custaram dez.

É um pouco o caso da Diocese de Três Lagoas; nos últimos meses, duas assessorias; uma, para agentes de pastoral, num curso de pastoral social, com o Pedro Ribeiro de Oliveira. Ele veio com aquela calma de mineiro. E começou a falar sobre a Igreja do Brasil preocupada com a pobreza; e sobre a realidade do Brasil: uma Bélgica no meio de um Bangladesh. E questionou: de que lado estamos vivendo? E como enxergamos o pessoal que está do outro lado? Depois de ter deixado bem claro o aspecto visível da pobreza (não tem como não ver), Pedro começou mansamente (mineiramente) a mostrar que a pobreza é o rosto visível de uma opressão que se esconde. E aos poucos, padres, freiras e agentes de pastoral começam a abrir os olhos. Se a gente quiser mesmo ajudar os pobres, o jeito é lutar com eles contra aqueles que os oprimem. A pastoral social da Igreja deve visar cortar a árvore pela raiz: acabar com a sociedade opressiva e produtora de pobreza. Lutar pela construção de uma nova sociedade. E isto exige uma nova forma de ser Igreja. E na Diocese, muitos já estão tentando: canoas subindo o rio...

Assim foi na assembléia da Pastoral de Juventude. Jovens são grandes consumidores de encontros: palestras, can-

tos, choradeiras, debates. Henrique lançou o desafio: assembléia não pode ser apenas um momento de consumo, mas de produção. Produzir um novo projeto de juventude. Questionando fundo, chega-se a definir pastoral de juventude como um serviço à Igreja (sal, fermento, caminho) para que a Igreja toda, e os jovens com ela, se coloquem a serviço da transformação da sociedade. Criar mais comunhão e participação. Comunhão quer dizer partilha dos bens: resolver o problema da economia. Participação quer dizer partilha do poder: resolver o problema da política. Mais de uma vez, uma Nova Forma de Ser da Igreja, em vista de uma nova sociedade.

E ASSIM VAMOS INDO...

Na medida em que se vai avançando, percebe-se a necessidade de ir aprofundando todas estas coisas, de ir descobrindo gente que ajude na reflexão e sistematização.

A caminhada apenas começou. A semente foi apenas plantada. Pedimos ajuda. Aos teóricos, para que levem adiante a reflexão. Aos agentes de Pastoral, para que se engajem sempre mais no serviço a estas novas formas de ser Igreja.

UM SONHO E UMA SEMENTE

Gotas d'água no oceano, um pequeno grupo de amigos vai batendo papo sobre as pequenas comunidades das Igrejas que surgem no meio do povo. O desejo é o de sermos úteis, ajudar a maré a crescer. Que ambição... Mas tem um pequeno espaço institucional que pode ajudar: o CEDI e até o IAJES, um pequeno instituto do interior que está a serviço das CEBs da região.

Assim, projetando um programa, escrevemos: "Sentimo-nos como alguém que planta uma semente. Confiamos a semente à terra e esperamos. Espera e esperança". Ao plantar a semente temos esperança de que haja frutos no futuro. Que ela não seja logo apanhada por um pássaro. Que não encontre na pedra dura obstáculos intransponíveis ao seu crescer. Que não venha a plantinha a ser sufocada, antes do tempo, pelos espinhos.

Esperança de que se realize algo que parece um sonho: o sonho de poder colaborar, com nossa pequena contribuição, para o crescimento de Novas Formas de Ser Igreja, para uma Sociedade Nova.

O CEDI HOJE

Igreja Popular e Movimento Camponês

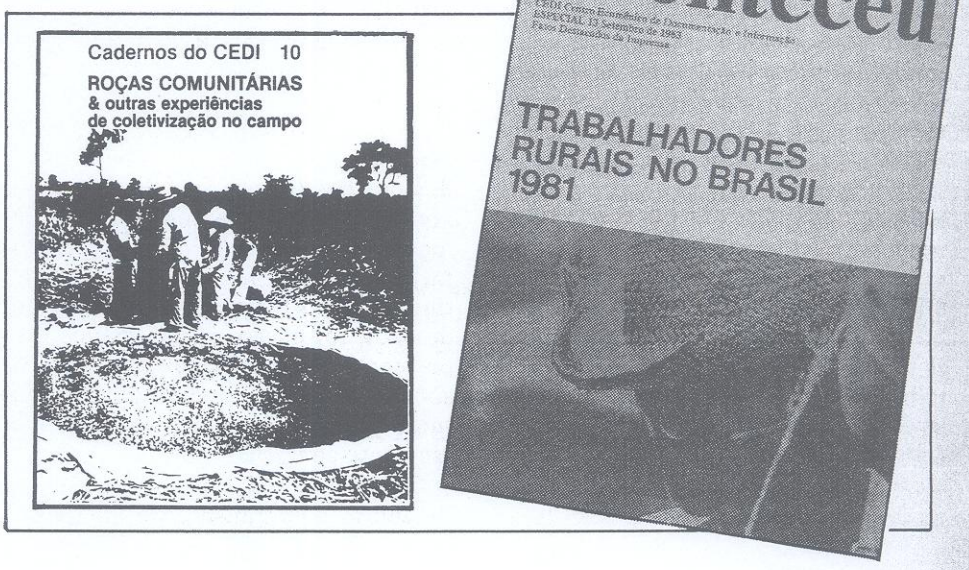
Reflexão sobre o trabalho de organização e mobilização no campo

O objetivo deste Programa, que está apenas começando a ser implantado, é formar equipes locais de pessoas relacionadas às lutas camponesas e nelas inseridas de formas diferentes (como assessores, agentes de pastoral, lideranças sindicais e membros de comunidade) para pensar as questões suscitadas pelo trabalho de organização e mobilização no campo. Nossa experiência nos tem mostrado que a cena política em que atuam os camponeses e os quadros das Igrejas se intrincou muito nos últimos anos com a abertura do espaço de interação entre organizações político-partidárias, movimento sindical e missões religiosas.

as divergências ideológicas no campo

Essa complexidade, que significa, sem dúvida, um enriquecimento das alternativas de militâncias, também tem provocado confrontos, disputa de quadros e divisões no movimento camponês. Muitas vezes, as dissensões e discriminações têm bases objetivas em propostas de encaminhamento das lutas e análises divergentes acerca dos processos de transformação social. Muitas dessas diferenças são históricas e já conhecidas, outras, no entanto, são fruto de formação política e ideológica específica, nem sempre conhecida suficientemente, mesmo por aqueles que dela são portadores. No confronto manifesto, as diferenças se transformam em acusações recíprocas que concorrem para traçar as linhas de segmentação, mas nem sempre ajudam a compreender os valores, atitudes e ideais que fundamentam as ações de cada segmento.

Pensamos que a forma de contribuir para a compreensão dessas divergências, a níveis mais profundo e explicativo, seja analisar como se manifestam na prática concreta das iniciativas assumidas em cada caso. Por isso, o nosso Programa pretende criar espaços de discussão a níveis local, a partir, dos quais se construa, paulatinamente, um conhecimento seguro, embasado no exercício da prática e da reflexão teórica, que contribua para a compreensão dos marcos de atuação das iniciativas e propostas dos quadros de Igreja. Privilegiamos esses quadros não porque os vejamos como os mais importantes ou como os portadores da "linha justa", mas em função de compromissos e lealdades assumidas ao longo de muitos anos de trabalho conjunto.



O CEDI HOJE

Xerém

um trabalho ecumênico na fronteira entre o campo e a cidade



Os cristãos, principalmente os evangélicos, participam ativamente da vida em Xerém. Não há na região um vereador que não seja evangélico, assim como não há um só recanto sem um templo dessa crença. Os católicos, que também se constituem num bom número, viviam isolados em suas devoções particulares e, em sua maioria, participando apenas das "desobrigas" mensais. Hoje, com a reformulação paroquial, passaram a unir-se em pequenas comunidades, principalmente na região rural.

Projeto ecumênico

No ano de 1983, as Igrejas Metodistas e Católicas, percebendo as precárias condições de vida de Xerém, criaram um projeto ecumênico de trabalho para responder aos desafios sociais da região.

O CEDI, o CCDC (Centro Comunitário de Duque de Caxias) e a CPT — que colaborou na fase inicial dos trabalhos — foram convidados a compor um grupo de assessoria para discutir com os representantes das igrejas envolvidas no projeto ecumênico.

Para o CEDI, embora em termos gerais a prática desse envolvimento seja equivalente a outras assessorias de acompanhamento já feitas, a novidade de se colaborar com um projeto ecumênico a nível de serviço o interessou particularmente.

"os evangélicos ocuparam esse pedaço do Rio de Janeiro e dele têm participado ativamente. Não há vereador que não seja evangélico e não há recanto sem seu templo."

Ao longo de mais de um ano se vem prestando este acompanhamento. No ano de 83, trabalhou-se em Xerém basicamente no conhecimento de sua situação social e no enfrentamento de questões sobre o sentido de se fazer um projeto ecumênico na região.

Com uma função meio observadora, meio participante, investiu-se no contato com os moradores de Xerém, principalmente os rurais. Desse contato surgiram reuniões com lavradores processos de usucapião em favor do posseiros e questões para o grupo de assessoria. Um trabalho envolvente e de certo modo imprevisível na sua rotina. Por exemplo, dias de trabalho foram trocados por dias de assistência quando, ao chegar nalguma parte da região rural, um doente devia ser levado a um hospital; outros dias foram simplesmente perdidos na lama da estrada ou na chuva fina que inviabilizava um contato ou reunião.

Entre o campo e a cidade

Xerém encontra-se no 4º distrito do município de Duque de Caxias. Fazendo parte da chamada "Baixada Fluminense", é uma área que sofreu nos últimos 30 anos as conseqüências do crescimento urbano desordenado da cidade do Rio de Janeiro. Região que foi prioritariamente produtora de hortifrutigranjeiros, teve sua ocupação rural consolidada nas décadas de 40 e 50, realizada porém já na contradição com as prioridades de crescimento urbano e industrial para o Estado do Rio.

A região de Xerém passou de uma região basicamente rural com o escoamento eficaz da produção (por trem no ramal de Xerém) para uma situação onde convivem hoje uma região agrícola e uma urbana. Esta última, conseqüência da iniciativa da FNM-Fábrica Nacional de Motores (hoje FIAT diesel). Nesse contexto, dividem a área rural proprietários de médio porte (60 ha aproximados) que muitas vezes nada usufruem das terras, utilizando-as só para lazer e mantendo para sua conservação empregados assalariados; e posseiros com terras de até 6 ha, que têm resistido à falta de incentivo à sua atividade produtiva, vendendo seus produtos em feiras de município. Sem condições de escoamento, utilizam-se de relações de amizade para conseguir um preço de frete viável para transportar as mercadorias, ou mesmo vendendo seus produtos à beira da auto-estrada Rio-Petrópolis.

A área urbana, surgida em núcleos a partir das vilas de operários e engenheiros criadas pela FNM, encontra-se em precárias condições, sem infra-estrutura suficiente, retrato fiel da situação da "baixada" nos seu processo de "urbanização".

Mais complexa ainda do que o dito até aqui, a realidade dessa região é de passagens cinematográficas e de uma história de lutas populares das quais estas poucas palavras e fotos não podem dar conta.

Hoje o projeto assumiu um corpo novo. Trata-se de uma proposta de criação de uma Pastoral Ecumênica da Terra (PET), envolvendo problemas de terra tanto urbanos quanto rurais. Dirigida por membros das igrejas cristãs, procuraria através do discurso religioso integrar fé e vida e romper possíveis impecilhos à participação social dos cristãos. Com isso, acrescentou-se às nossas atividades já descritas a realização de encontros com membros das igrejas cristãs de Xerém, além das metodistas e católicas, para consultas sobre a constituição ou não da PET

Esses encontros foram propostos pelo grupo de assessoria após o ano de 83, baseado nas constantes avaliações da prática que iniciara e nos levantamentos feitos. O grupo de assessoria, e nele o CEDI, entende seu papel como temporário. Deve acabar na medida que aumente a participação e direção da PET, pelos cristãos.

"participar da dinâmica, sistematizar dados ou levantar documentos, estar em reuniões de reflexão bíblica ou não, compõem um todo daquilo que o CEDI vem fazendo em Xerém"

Participar de toda essa dinâmica, sistematizar dados ou levantar documentos, estar em reuniões de reflexão bíblica ou não, ou mesmo em reuniões de moradores para encaminhamento de reivindicações, compõem um todo múltiplo daquilo que o CEDI vem fazendo em Xerém. Fundamentalmente, trata-se de um acompanhamento passo a passo e de uma contribuição na definição e consolidação de uma prática. Para isso, conta mais a postura de estar atento, de interferir na reflexão do processo evitando a sua condução, de apoiar uma iniciativa de igrejas ainda que vendo seus problemas e os interesses e lutas da população envolvida, do que conhecimentos acumulados fora do espaço da prática desenvolvida. Também é tarefa de uma instituição como o CEDI, ao acompanhar uma experiência global como a de Xerém, registrar essa experiência. Assim como outros trabalhos dos quais a metodologia aplicada é fonte de conhecimento novo e fértil, para quem inicia práticas semelhantes, o registro sem mitificações da experiência de Xerém traz para a história sua pequena contribuição.

O CEDI HOJE

Documentação

Uma prática alternativa

É um fato reconhecido a importância crescente do papel que a informática — o tratamento científico da informação — exerce no mundo de hoje e, notadamente, no desenvolvimento das ciências humanas e na preservação de documentos de significado histórico e alcance sócio-político. Atualmente, se discute cada vez mais o controle da informação como fator de poder e a expansão dos chamados centros de documentação.

O CEDI compreende um serviço de documentação alternativo, ou seja, não comprometido com o sistema e capaz de romper com as tendências técnico-burocratizantes dos modelos de classificação, processamento, armazenagem e circulação da informação.
À semelhança de outros centros, o CEDI está tentando resguardar parte da memória do movimento popular e prestar, de uma forma mais ágil e acessível ao usuário, serviços de informação.

campo político e questões metodológicas

O setor de Documentação do CEDI/Rio, embora tenha começado antes, somente a partir do final de 1979 teve recursos suficientes para a manutenção de uma equipe dedicada a implantar um serviço sistematizado de documentação.

Movendo-se no campo dos movimentos populares, documentando suas lutas e contribuindo para que os diferentes grupos sistematizem suas memórias, o setor registra uma demanda crescente de serviços. O movimento popular em todas as suas manifestações, as Igrejas com ele comprometidas e as instituições como a nossa têm revelado grande interesse em sistematizar de maneira mais confiável e eficiente o registro de suas lutas. Temos notado, entre esses grupos, uma crescente compreensão e valorização do trabalho de documentação enquanto trabalho político. A razão desse posicionamento é muito clara: consideramos de maior importância difundir a idéia da necessidade de uma auto-documentação realizada a partir das experiências populares que conhecemos. Lutar pela memória dessas lutas impõe-se como um direito da população de conhecer seu passado e sua história, de recomeçar sem voltar à estaca zero.

O Setor de Documentação conta com um acervo precioso no qual a intercessão das Igrejas no Movimento Popular e o Ecumenismo constituem temas bastante enfatizados. Cumpre notar que Educação Popular, Cultura Popular e Pesquisa Participante são também temas bastante solicitados por parte dos usuários que nos procuram. Caberia então definir que tipos de fontes documentais estão sendo trabalhadas. Processamos aqui toda peça de informação, ou seja, todo documento: jornais, revistas, obras e documentos avulsos. Quando processado corretamente (isto é, bem classificado e arquivado de modo a se tornar facilmente recuperável) e divulgado de forma adequada, o documento poderá atingir os objetivos desejados: informar com eficiência, precisão, fidedignidade e rapidez. Se não houvesse processamento, a documentação não estaria alcançando seus objetivos, reduzindo-se a mais um dentre os inúmeros depósitos de papel velho. Entendemos que a importância do tratamento sistematizado da informação para preservação da memória do movimento popular reside no fato de ele associar à sua dimensão instrumental um quadro teórico-metodológico que sugere exigências formais capazes de modificar, a curto prazo, a própria natureza e o alcance do conhecimento que todo acervo reúne. A acumulação documental a que fizemos menção anteriormente funcionou para nós como um "laboratório" técnico e político, nos possibilitando um melhor conhecimento do conteúdo de cada peça de informação considerado prioritário ao Movimento Popular.

De início, pensávamos em concentrar apenas informações em determinada perspectiva, atendendo desse modo a usuários externos e fornecendo o apoio necessário aos demais programas

do CEDI, além de subsídios para as suas publicações. Contudo, a prática acabou por incluir em nossas atividades o trabalho de assessoria e treinamento em documentação, visando a sistematização tanto da documentação específica dos programas de assessoria da própria instituição como de outros grupos que experimentam essa mesma necessidade. Achamos que isso só foi possível porque houve um investimento na compreensão do que seria prioritário documentar (fontes, campos de assuntos, questões a serem destacadas, etc), bem como nos objetivos políticos e na técnica de se proceder à documentação.

formas alternativas de documentação

Tendo em vista o quadro anteriormente esboçado, achamos que os centros que já dispõem de alguma experiência nesse campo de trabalho, ainda que incipiente, devem colocar-se a serviço das pequenas iniciativas que estão surgindo, como uma entre outras formas de prestação de assessoria e capacitação ao movimento popular.

Com efeito, nossa experiência nessa atividade leva-nos a propor alguns questionamentos que julgamos ser de maior interesse para outras instituições congêneres. Por exemplo: como fazer adaptações técnicas que correspondam às necessidades reais dos grupos que nos procuram a título de assessoria, sem deixar de lado ou subestimar a competência técnica e, ao mesmo tempo, não perder a dimensão política do trabalho? Acreditamos, em princípio, que cada grupo tem as suas prioridades, recursos e necessidades próprias; assim sendo, não podemos simplesmente organizar um "manual" e sair por aí treinando. Aliás, nossa própria experiência nesse terreno nos diz que cada caso é um caso. Como pensarmos no emprego da ficha **uniterno** ou na adoção de um sistema como a CDU, se as pessoas não têm dinheiro para comprar papel? Apresenta-se, pois, esta questão crucial, que vale para nós como um desafio constante: haja vista a carência de recursos, como improvisar, mantendo um mínimo de sistematização? Achamos relevante — se não indispensável — reforçar a necessidade de capacitação técnica especializada para aqueles que se dedicam a esse trabalho; no entanto, afigura-se-nos fundamental, em toda situação, uma discussão sobre critérios e prioridades com o próprio grupo. Se não há dinheiro para fichas, que se use papel de pão, mas não se deixe de classificar e processar corretamente o documento; se não se dispõe de arquivos, caixas de sapatos podem vir a "quebrar o galho" perfeitamente, desde que não se perca de vista o interesse primordial da documentação. O importante, em qualquer caso, é que esses documentos tenham sido discutidos, classificados e processados de modo correto, a fim de que a informação seja recuperada de forma ágil e precisa.

memória

Uma outra forma de prestação de serviços através da qual visamos uma mais ampla socialização da informação é a nossa publicação intitulada **Memória**, que tem por objetivo divulgar partes significativas do nosso acervo. O **Memória 1,** tratando do acervo do CEDI, e o **Memória 3,** sobre o CEDI de São Paulo, tiveram uma circulação basicamente interna. Outros números já publicados tiveram circulação mais ampla: o **Memória 2,** Pesquisa Participante; o **4,** Cultura Popular; o **5,** Eleições 1982; o **6,** Publicações do CEDI/1965-1983: Levantamento Bibliográfico; o **8,** MEB 1961-1971: Levantamento Bibliográfico e o **Memória 7,** Centros de Documentação Alternativos: Algumas Questões, contendo uma reflexão sobre nossa prática. Além disso, respondemos também a pedidos de pequenos dossiês sobre temas cobertos por nós.



O setor de Documentação do CEDI/RIO está aberto ao público de segunda à sexta-feira, no horário de 9:00 às 18:00 hs. Atendemos também a pedidos por correspondência; os grupos interessados em treinamento e/ou assessoria em documentação podem escrever para nós a fim de estabelecermos contato e discutirmos possibilidades futuras de trabalho.

HISTÓRICO

A formação do CEDI

relato/crônica/versões

A estruturação dos serviços do CEDI em **Programas**, a partir de 84, tem sua história. A partir de 68, ao grupo de cristãos do CEI (1) juntam-se alguns educadores e cientistas sociais que elegem a "intersecção igrejas-movimentos populares" como seu campo principal e estratégico de ação. A trajetória real das relações entre as diversas igrejas e os movimentos populares no país, desde o início dos anos 70, foi constantemente avaliada por nós, determinando, a cada conjuntura, o conteúdo concreto do nosso **conceito de trabalho.**

fortalecimento dos movimentos populares

A questão central que unia, desde o princípio, ao nível das intenções políticas e teológicas, os membros do CEDI aos grupos com os quais trabalhava, na referida intersecção, era a disposição comum do fortalecimento dos movimentos populares autônomos e permanentes, base para uma nova arquitetura da democracia no Brasil.

Nossa organização para o trabalho passou por várias fases, às quais corresponderam determinadas ênfases temáticas e modalidades de ação/inserção na realidade.

De início, um pequeno grupo pioneiro de assessores nucleares em torno da questão da **educação popular**, dispenderam enormes esforços, num trabalho totalmente voluntário, para exportar a outros países da América latina conhecimentos acumulados aqui no Brasil, em experiências interrompidas a partir de 64 e 68, conforme relata a seguir Carlos Brandão. Aos poucos começaram a surgir solicitações por parte de Dioceses, pequenos grupos e movimentos localizados de setores da Igreja Católica que faziam sua "opção preferencial pelos pobres".

Durante a primeira metade dos anos 70, o mesmo pequeno grupo de assessores voluntários e alguns convidados eventuais se multiplicaram em viagens por todo país, atendendo às solicitações de cursos, treinamentos, levantamentos (pesquisas) da realidade, avaliações dos trabalhos em andamento e as freqüentes análises de conjuntura. Tratava-se de contribuir na formação de **critérios** para a ação/-reflexão de grupos organizados no espaço da pastoral popular católica.

Nesse período, nosso conceito de trabalho sobre a tal "intersecção" implicou numa relação preferencial e quase exclusiva com os setores da Igreja Católica (via hierarquias diocesanas ou coordenações nacionais de pastorais especializadas) empenhados na defesa dos direitos humanos, no enfrentamento político do regime autoritário, na luta por



Reunião de fechamento do Boletim do CEI na década de 60.

liberdades democráticas e no favorecimento e organização populares.

O assessor vinha sempre "de fora" com medo e em sigilo, com hora marcada para voltar a retomar o trabalho no seu emprego. Suas contribuições aos trabalhos pastorais populares tinham que passar por muitas mediações institucionais até encontrar (quando encontrava) a realidade concreta do trabalho. Improvisava-se bastante, sistematizava-se pouco. As reuniões de preparação das assessorias eram nas casas das pessoas e, por segurança, quase nada era registrado no papel.



Assembléia anual do CEDI na década de 80.

Somente em 74 o trabalho seria institucionalizado, com a criação do CEDI e o aluguel de uma pequena casa, nos fundos do Colégio Sion no Rio de Janeiro. Ali passamos a fazer nossas longas reuniões, juntando os companheiros de Goiânia, de S. Paulo... e dar continuidade a edição do pequeno Boletim do CEI e juntar alguma documentação oriunda dos intercâmbios com outros centros e como forma de apoio às assessorias.

Aos poucos foram se configurando os 3 "setores da casa": o de publicações, o de documentação e o de assessoria, caminhando para uma certa especialização em áreas (rural, urbana, indigenista...), acompanhando o rumo das solicitações que nos chegavam.

Os assessores começaram a transferir parte dos seus arquivos pessoais para o CIDE e a escrever suas análises de conjuntura e fichar os esquemas de treinamento. A Documentação se capacitou minimamente para a elaboração de dossiês reunindo recortes de imprensa e documentos sobre determinados temas, a pedido de bispos e organismos ecumênicos nacionais e internacionais. A série de Suplementos do CEI começou a incorporar artigos oriundos de experiências nos trabalhos de assessoria.

A partir de 78, quando sopraram os ventos da "abertura política", nosso conceito de trabalho alargou-se, para incluir outros interlocutores preferenciais. No plano das práticas eclesiásticas, ocorreram duas modificações básicas: um grande incremento de serviços para setores médios de igrejas evangélicas e um questionamento prático da exclusividade das mediações hierárquicas católicas, na medida em que a prestação de serviços acompanhava mais os desdobramentos **populares** do que pastorais dos trabalhos.

Ampliaram-se também as modalidades de ação do CEDI. Além das assessorias itinerantes de sempre, passamos a privilegiar algumas **experiências de acompanhamento**, com o envolvimento direto do assessor por um longo período de tempo, junto aos setores envolvidos na ação pastoral popular (ver a respeito o artigo de José Ricardo Ramalho, a seguir).

O Boletim do CEI foi substituído pela **Revista Tempo e Presença**, avançou na linha do **Tempo**, apareceram os **Cadernos**, além de outras publicações especiais. A Documentação passou a fazer uma Cronologia, improvisada e de reduzidíssima circulação, até se transformar no **Aconteceu Semanal** e nos especiais. Tudo isso para dar vazão a projetos incubados durante os anos de repressão política aguda e para expressar alguns conhecimentos acumulados.

O CEDI cresceu, no orçamento, na profissionalização de parte dos seus quadros. Abriu-se um escritório em S. Paulo (1977). As reuniões internas continuaram longuíssimas, começaram a ser registradas em atas e vários companheiros deixaram o grupo nesse período, mais interessados em exercer sua militância política através de outros canais.

Pensávamos em ampliar o raio e a intensidade das "assessorias diretas", apoiadas pelo setor de documentação e se expressando nas publicações.

O levantamento POVOS INDÍGENAS NO BRASIL foi, nesse sentido, uma experiência pioneira para nós e que serviu de base, na última assembléia anual do CEDI, para a estruturação do trabalho em **programas**.

Hoje existem trabalhos em andamento no CEDI e propostas de programas que ampliaram, na prática e na intenção, o conceito de intersecção: ou porque reordenaram de maneira particular os atores políticos envolvidos na "cena de intersecção"; ou porque acompanharam, para fora da Igreja, desdobramentos dos trabalhos de base, criando novos interlocutores no mar dos chamados "movimentos populares". (ver a seção O CEDI HOJE)

HISTÓRICO

Os Primeiros Tempos

Carlos Rodrigues Brandão

Os anos? 1968/1969: um pouco mais de 15, um pouco menos de 20 anos atrás. Vida de alguns de nós, memória de um pouco mais à distância de outros, foram para todos anos escuros, de repressão e temor. Práticas desenvolvidas abertamente por pessoas e grupos nas universidades e nas igrejas, tornaram-se, mais do que proibidas, verdadeiramente perigosas. Educação popular, foi uma delas. Os livros sobre o assunto banidos das livrarias e ocultos nas bibliotecas. Quem os tivesse em casa escondia. Não muito diferente de tempos do passado, em que supostas feiticeiras eram queimadas em fogueiras, nomes de pessoas e de modos de se trabalhar junto ao povo eram impronunciados.

a educação proibida

Não era apenas o **fazer** que ameaçava, mas o **pronunciar** as palavras que podiam indicar a idéia do fazer. A fala tornou-se tão reprimida quanto o trabalho popular que enunciava. Os amigos presos, alguns mortos, as notícias chegavam. Os nomes eram ditos em voz baixa e, entre muitos, cada um temia que o próximo fosse o seu. Paulo Freire, seus companheiros, uma pequena multidão de nossos companheiros no exílio. Poucos meses antes do golpe militar de 1964, pela primeira vez no Brasil uma cartilha de alfabetização de adultos foi apreendida, ainda na gráfica, pela polícia. Uma forma de viver a educação que desvelava o fio de seu sentido político e que, por isso mesmo, vivida com o povo, queria ser uma reivenção das relações de trocas do saber, tornou-se tão proibida quanto os atos mais diretamente dirigidos contra o sistema instalado.

Fora do Brasil, especialmente em países como o Uruguai, Argentina, Chile e Peru vivia-se, ainda que por breves momentos em alguns deles, uma primavera de liberdade e busca de caminhos na política, na cultura e na educação, semelhante a que quisemos fazer florescer aqui entre 60 e 64. Tínhamos no Brasil as pessoas qualificadas por uma longa prática. Tínhamos entre nós os sobreviventes. Mas não tínhamos sequer de longe condições de recriar um trabalho de educação e pastoral popular que precisou esperar algum tempo para voltar a ser pensado e, ao mesmo tempo, posto em prática.

começaram a chegar convites

Foi por isso e foi assim que o começo de um tipo de assessoria de ISAL saiu do Brasil e viajou pela América Latina. Havia por toda a parte pedidos, alguns deles muito urgentes, de cursos e treinamentos sobre: pastoral popular, educação popular, método Paulo Freire. Assuntos a respeito dos quais, aqueles que podiam vivê-los agora, tinham pouca informação, raros instrumentos e muito pouca prática.

De alguns setores vindos especialmente da Igreja Católica começaram a chegar convites. Formamos então uma pequena equipe pioneira. Alguns de nós, entre 1969 e 1971, nos conhecíamos às vezes poucos dias antes de viajarmos para a Argentina onde nos esperavam dois treinamentos seguidos: um para "los curas del tercer mundo", outro para uma pequena multidão de jovens leigos militantes. Não tínhamos então nada muito sistematizado, como o Movimento de Educação de Base conseguira fazer, poucos anos antes. Às vezes o que era esperado de nós era um curso de emergência sobre os usos do Método Paulo Freire; às vezes uma discussão sobre metodologias de trabalho com grupos populares. Coisas que, muito mais amplas do que aquilo que se faz na escola, acabaram recebendo o nome de **educação popular**.

Mesmo que ele tenha sido pequeno, o trabalho itinerante desta assessoria de ISAL teve o seu lugar em um momento de descoberta, nos países da fala espanhola, de formas de trabalho popular reprimidas no Brasil. Por uma dessas ironias tão freqüentes na América latina, íamos dizer "lá fora" como devem ser vividas as práticas de trabalho popular que ainda por muitos anos foram proibidas no Brasil. Lembro-me de encontros, seminários, cursos e treinamentos. Alguns deles reunindo pessoas de um só país, como os da Argentina e do Equador, por exemplo. Outros misturando duas ou três vezes no Peru pessoas de vários países do continente.

a história de um livro

Com a experiência dos cursos e treinamentos entre tantos países e grupos diferentes começamos a escrever algumas idéias sobre educação popular. Aos poucos os escritos foram tomando forma e acabaram virando um livro. Ele tem uma história que merece ser contada aqui. Escrito a duas mãos, mas pensado a muitas, foi o lento processo de uma obra coletiva. As idéias do que íamos discutindo iam sendo postas no papel. Uma insegurança teórica muito grande, mas, de outro lado, uma certa convicção de que havíamos descoberto algumas pistas. Afinal, depois dos livros de Paulo Freire, praticamente nada mais saíra sobre o assunto no continente. Escrevíamos os capítulos e eles eram lidos e revistos muitas vezes, por alguns companheiros de ISAL.

Quando ficou pronto soubemos que alguns capítulos já circulavam, mimeografados em papel jornal, entre grupos de militantes nos Andes peruanos. Na hora de editá-lo descobrimos que isso não poderia ser feito no Brasil. Escolhemos entre os companheiros de ISAL um deles, Julio Barreiro, durante muito tempo o editor de Tierra Nueva, a nossa editora no continente, para ser o autor do livro. Ele foi finalmente publicado pela Siglo XXI na Argentina.

Ficou como uma espécie de memória viva — ainda que teórica demais para tudo o que foi vivido naqueles anos — do que fizemos nos tempos em que o CEDI se chamava ISAL e nós, muito mais principiantes do que pensávamos, realizamos de modo sistemático uma primeira longa e muito produtiva experiência de assessoria a programas latinoamericanos de pastoral e educação popular.

HISTÓRICO

O Assessor na Corda Bamba

José Ricardo Ramalho

Estas reflexões foram construídas a partir de uma experiência de assessoria realizada dentro do programa de assessoria do CEDI a grupos de base da pastoral popular católica, desenvolvida durante cerca de três anos em contatos contínuos e freqüentes que envolveram desde a participação em comemorações, elaboração de estatutos e modelos de organização interna da **comunidade**, até discussões críticas e momentos conflitivos das relações entre os componentes do grupo. No CEDI, até então, por força da própria conjuntura política, a assessoria se achava restrita a acompanhamentos esporádicos desses trabalhos através de cursos, palestras, pesquisas e avaliações. Em determinado momento, que coincide com o processo de amenização da repressão e de abertura de espaço mais amplo para o contato entre as classes, o argumento em favor de fazer-se um acompanhamento de caráter freqüente e sistemático a grupos de base, se afirmava pela necessidade de fundamentar mais concretamente o trabalho ao qual nos propúnhamos e que implicava em fortalecer a organização popular que se desenvolvia junto as Igrejas que haviam optado pela pastoral popular. A prática de assessorias eventuais, continuava sendo vista como eficaz em alguns casos, embora a nova conjuntura nos estimulasse a arriscar um contato mais direto com as experiências localizadas.

Ao assumir assessorias que chamamos permanentes e de acompanhamento colocamo-nos, por opção, numa posição de co-participantes, co-responsáveis e agentes no processo de encaminhamento e tomada de decisão com relação às organizações populares ligadas às Igrejas. A função agora de assessor/agente coloca-nos no meio do jogo das tarefas do dia a dia, dos encargos de toda ordem, dos impasses e conflitos, das buscas de solução e reflexão participante que constituem a especificidade da "prática" dos "de dentro" e "da base". Esta ruptura em termos do lugar do assessor não elimina a particularidade da sua posição, nem deve de modo algum levá-lo, como intelectual e especialista, envergonhado de sua personalidade social, a aniquilar-se enquanto tal. O poder vem da base, vem da Igreja, vem do conhecimento, vem da classe e vem, para cada um, de acordo com o que sua posição social lhe confere. Trocar uma coisa por outra é sempre uma perda para o conjunto. No movimento popular, no espaço dos agentes religiosos ou leigos é bom que cada um assuma a sua identidade, o seu papel, a sua formação e a sua prática específicos porque estes elementos diferenciados são os que compõem a matéria de uma interação política produtiva.

Neste sentido, de que modo se coloca o assessor na sua relação com o agente religioso, com os leigos formados pela Igreja, e com as pessoas que participam dos trabalhos de uma comunidade religiosa? Está em jogo um conjunto de poderes específicos que se entrecruzam, tem conseqüências concretas e implicam em vários tipos de manipulação tanto do assessor com relação às pessoas assessoradas como também dos agentes e da base com respeito ao assessor. É importante refletir um pouco sobre estes aspectos sob pena de idealizar estas relações em todos os sentidos.

Para começar existe a utilização que o próprio assessor faz entre seus pares: o "trabalho de base" lhe confere legitimidade. É um trunfo para discussões, afirmações e certezas.

Mas se o assessor se utiliza, principalmente entre seus pares, do poder conferido pelo "trabalho de base", no instante em que precisa do agente religioso (no caso o padre ou a freira) para realizar seu trabalho, o processo se inverte. Passa a ser utilizado para garantir e legitimar o poder do agente religioso.

No espaço paroquial quem domina é o padre, e isto deve ficar claro tanto para o assessor como para o trabalhador que participa da Igreja.

Por outro lado, o assessor quer manter-se no trabalho e precisa relacionar-se de um modo específico com os agentes, pelo menos até o instante em que sua presença ultrapasse a de um assessor que tem uma participação eventual. Isto quer dizer: o assessor deve subordinar-se ao agente religioso, por um lado, no sentido de que o seu trabalho continua significativo, sem, no entanto, por outro lado, deixar de ser crítico e atuante sob pena de perder sua credibilidade. Este posicionamento, parece impossível e quase é. É marcado por incertezas, tensões, equívocos. É preciso que o assessor esteja a todo instante atento às implicações de sua participação, avaliando a cada passo sua performance, seus desvios, seus acertos, os avanços no trabalho e nas relações. Em determinados momentos o assessor se vê diante de situações em que seu compromisso com os movimentos populares pode fazê-lo perder seu contato com a Igreja, ou, por outro lado, pode fazê-lo perder a confiança adquirida junto aos grupos populares por ser reconhecido como "amigo do padre".

Quanto às relações com os grupos populares dentro da Igreja, o assessor só pode construí-las lentamente, já que a tendência é naturalmente considerá-lo como um aliado do agente religioso. Existem casos também em que o assessor é manipulado pelo pessoal "da base", quando é usado para contestar algumas posições políticas locais dos agentes religiosos ou mesmo para servir de confidente de determinados problemas ou críticas a estes mesmos agentes. Só na medida em que se aprofundam os laços de trabalho e de amizade pessoal, e na medida em que a posição do assessor se mostre mais transparente, é possível manter posição independente em situações críticas e conseguir um grau de confiabilidade e de penetração num outro universo social.

Mas, então, será que existe uma fórmula para acompanhar e assessorar uma comunidade religiosa? Certamente estão em jogo questões políticas da assessoria ao movimento popular no que se refere ao envolvimento, ao respeito, à interferência no processo escolhido pelo grupo. No caso específico de nossa experiência, a atuação foi clara no sentido de respeitar e apoiar, mesmo com críticas, as decisões do grupo e envolver-se no calor do processo realizando tarefas comuns a todos, sem no entanto abandonar a nossa identidade. Esta posição aparentemente simples, no jogo complexo de poderes e manipulações, pode implicar em que o assessor tenha que arcar com ônus de ver interrompido o seu trabalho por razões alheias a sua vontade.

"...como o terebinto e o carvalho..."

Rubem Alves

Primeiro, foram aquelas coisas bonitas que começaram a nascer...

Elas cresceram, e o deserto ficou verde.

Veio depois a queimada, o fogo comendo tudo, a vida fugindo para longe: o medo, o silêncio, a violência...

Foi então que apareceram, naquela vastidão desolada, uns pequenos brotos, canções isoladas, sinais de teimosia, anúncios de esperança: a despeito de tudo, a vida continuava...

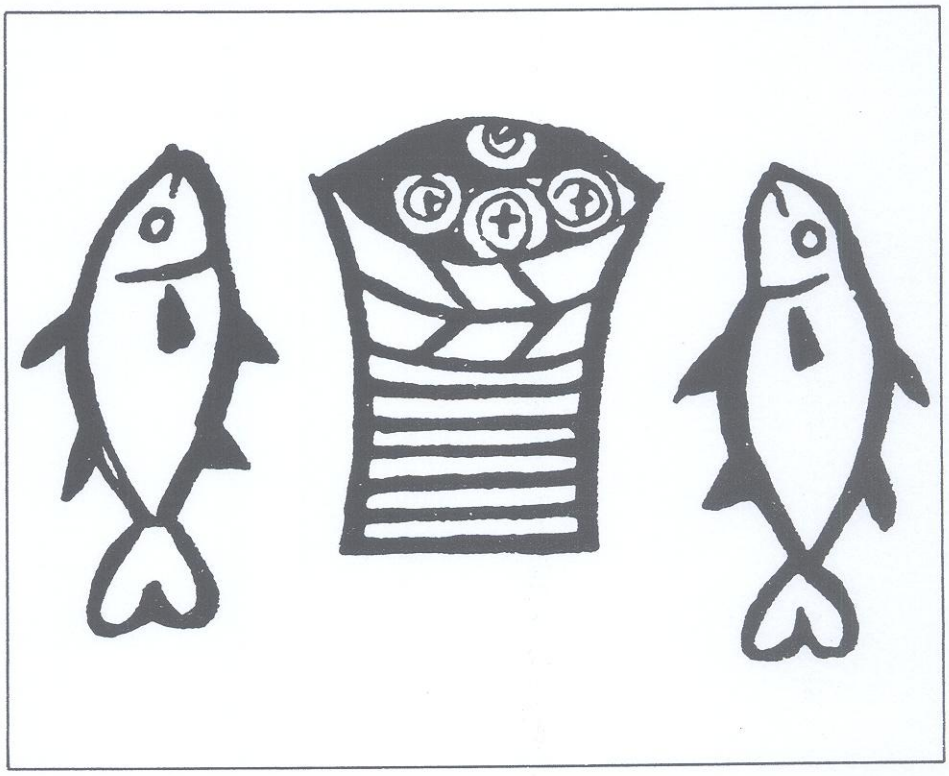
"dos tocos surgem de novo os brotos verdes"

Assim eu contaria estes 30 anos, sonata em três tempos, Natal, Herodes, Ressurreição, quase repetindo o poema do profeta Isaias (6.11-13). Ele termina de anunciar a queimada que virá, dizendo que não tem importância não. A vida é como o terebinto e o carvalho: mesmo quando cortados rente à raiz, de seus tocos surgem de novo os brotos verdes. Nordeste que renasce, depois da seca. Povo que canta e sorri, mesmo depois de vinte anos.

O tempo correu mais depressa do que eu desejaria. Faço as contas e já passaram trinta anos... Volto aos anos cinquenta. Quem diria? A sensação era de que o mundo estava todo por fazer e nós, ingênuos prometeus, tínhamos o mar aberto à nossa frente. Os horizontes estavam limpos. Nem fogueiras de inquisição, nem espadas de repressão, o mundo como convite, permissão. Cada nova visão era uma promessa e nos sentíamos como que embriagados, a felicidade que transbordava porque tínhamos a ventura de viver num momento como aquele. Todos os alicerces tremiam e um mundo novo se anunciava. Éramos protestantes, mas alguma coisa se alterara. Não quero ser injusto para com os que vieram antes, mas eu penso que o que nos separava deles era o seguinte: eles viam o mundo como obstáculo, algo a ser vencido, conquistado, lugar da tentação e da perdição, e foi a partir disto que se formou um protestantismo de cavalheiros, paladinos, santos guerreiros em busca de dragões da maldade. Nós, diferentes por obra de alguma borboleta mágica que nos tocou, sentíamos o mundo como jardim, destino, coisa boa, carne da nossa carne, namorada a ser conquistada.

Até nos acusavam de havermos perdido o senso do pecado. O que não era verdade. Se a candeia do corpo são os olhos, e conforme os nossos olhos o mundo vai ser tenebroso ou luminoso, acho que foi isto que aconteceu: nossos olhos mudaram e passamos a sentir que pecado, no fundo, tem a ver com a falta de amor por esta coisa bela onde moramos. Salvação não é separação do mundo: isto seria terrível, irremediavelmente triste...

Como poderíamos sobreviver sem o cheiro dos pinheiros e as sombras encrespadas pelo arrulho das pombas? Cresceu em nós, como criança que cresce na barriga da mãe, a nostalgia por um mundo mais amigo e mais bonito... E desta nostalgia surgiram outras palavras, poemas, canções, coisas que horrorizavam os outros. Porque tudo isto que sentíamos como sopro do Espírito dentro de nós, a eles parecia o triunfo do próprio pecado, uma geração seduzida pelo tentador, mundanismo... Mas também nós queríamos salvar, também nós odiávamos o pecado. Palavras iguais, visões tão diferentes... Não era a separação do mundo que buscávamos: queríamos re-encontrar o Eden, fazer com que a cidade dos homens fosse transfigurada e se tornasse em parábola da Jerusalém celeste: que cada coisa do tempo fosse sacramento da eternidade: entidades belas e saborosas, boas para o corpo, boas para o coração...



"os limites entre o sagrado e o profano desapareceram"

Quem ajudou a gente a repensar tudo isto foi um teólogo alemão, Dietrich Bonhoeffer. Quem nos apresentou a ele foi o Richard Shaull, que aqui chegara em 1953, para ensinar no saudoso Seminário Presbiteriano de Campinas, do qual muitos ainda se lembram... Lembro-me do susto alegre ao lê-lo. Em uma das cartas que escrevera da prisão ele diz que pensar em Deus quando se tem nos braços a pessoa amada é, pelo menos, falta de um bom gosto. Foi Deus que nos ofereceu, como dádiva, as experiências de amor. E se ele assim quis que experimentássemos o prazer e a alegria, quem somos nós para desejar diferentemente? E concluia: "É preciso parar de tentar ser mais espirituais que o próprio Deus..." Para nós isto era coisa nova, porque havíamos aprendido que "as coisas do mundo" se opõem às coisas de Deus. Tanto assim que fechamos os olhos para orar: apagamos o mundo para poder ver Deus melhor, lá onde ele se encontra, longe das coisas visíveis. Agora, ao contrário, o mundo se transforma em sacramento, sinal visível de uma presença invisível, não existindo forma de amar o invisível que não passe pelo amor às coisas visíveis...

Isto virou tudo de cabeça para baixo, porque repentinamente os limites entre o sagrado e o profano, entre a igreja e o mundo desapareceram. O mundo transformou-se em pão eucarístico, corpo de Cristo dilacerado na cruz, vinho no qual está misturado o fel — e é isto que temos de beber e comer. O Espírito, vento selvagem e manso, que não fica dentro de nenhuma igreja (não havia sido precisamente esta a proclamação da Reforma?), soprando pelos campos e pelas cidades, entrando pelas fábricas e sindicatos, em meio aos camponeses e pescadores... Tudo era agora parte de uma liturgia cósmica, o corpo de Cristo espalhado por todo o universo (e se alguém pensar que isto é panteismo, que faça com cuidado suas lições de casa, leia Lutero, seus tratados sobre os sacramentos, e volte então para conversar...), e a igreja deixou de ser o lugar do sagrado para se transformar num simples celebrante:



aquela que tem as palavras e as pronuncia, para que os gestos de Deus no mundo não sejam só vistos mas sejam também cantados, virem poemas, e com isto os nossos próprios gestos fiquem mais bonitos, parte desta coisa grande e sagrada, que tudo inclui numa sinfonia de risos e gemidos, que tem o Espírito como condutor: redenção, mistério da vontade de Deus, todas as coisas integradas em Cristo, tanto as do céu quanto as da terra. Tudo, céu e terra, homem e mulher, dia e noite, primavera e inverno, água e fogo, partes de uma tapeçaria universal cujo tema é a alegria. Alegria: não é este o nome que o sentimento dá à salvação? Esta coisa toda era, naquele tempo, chamada por um nome que não me agrada. Mas tenho de dizê-lo, por respeito ao passado. Dizia-se "secularização": o sagrado saiu do templo, desembestou pelo mundo afora. Agora, quem quiser encontrar Deus não pode ficar lá dentro. Templo é tudo. Evangelizar: dar boas notícias.

Apontar para o corpo de Deus, que toma forma no mundo. Quais os seus contornos? Quais os seus gestos? Como re/conhecê-lo? Para se reconhecer há de haver uma lembrança: pelo retrato que tenho nas mãos procuro, entre os vivos, aquela pessoa a que se liga o meu destino... E foi assim que redescobrimos a Bíblia. Antes a gente lia para ouvir conselhos, para aprender verdades sobre a eternidade de Deus. De repente ela se transformou num retrato antigo a guiar a busca de uma presença hoje. Memória de uma comunidade: ler o passado para compreender o presente, lembrar-se do que já foi para decifrar o segredo do que está sendo. Antes da vira-volta, política era coisa suja, do mundo, protestante não se metia nela, embora fosse sempre bom ter um deputado crente para defender nossas liberdades e fazer discursos nas datas importantes. Agora política é arena da luta entre a vida e a morte, confrontação entre o Cristo e o Anti-Cristo, lugar onde se decide o que é que manda neste mundo, se o poder do amor ou se o amor ao poder, como Santo Agostinho já dizia. E a leitura dos gestos de Deus o revelou sempre ao lado dos pobres e oprimidos. Quem é rico e tem poder está em maus lençóis... Quão difícil é, para o rico, entrar nos céus... Parece que a riqueza e o poder tornam difícil o amor. A política ficou teológica, questão de ortodoxia e heresia, lugar da ética...

"os que voam no vento e os que brincam com pedras"

E de repente um vento forte começou a soprar, e nele subiram pipas: movimentos de mocidade, universitários, seminários, organizações, jornais. O Vento assoprou Igreja Católica adentro, o mesmo Vento, assobiou em con/ventos, des/ordenou ordens, jogou sementes novas em semen/ários velhos, fez voar padres, freiras e bispos, e até um papa virou pipa, bem no alto, João XXIII... Divisões antigas deixaram de fazer sentido. Antes era simples: Protestantes prá lá, Católicos prá cá. Agora a divisão ficou outra: os que voam no vento, de um lado, e os que brincam com pedras, de outro. E ficou claro que os que empinam pipas se entendem muito bem, não importando as cores dos seus brinquedos. Começou a surgir um jeito novo de ser igreja, Católicos e Protestantes se reunindo, meio às escondidas, é bem verdade, um desejo comum de participar do mesmo mistério da fé, vontade de compartilhar lutas comuns, de trabalhar por um mundo mais manso e justo...

O Vento andou por todas as partes, e na América Latina apareceu o ISAL (Igreja e Sociedade da América Latina), organização de protestantes, no começo, que queria fazer teologia política e política teológica. Pensar sinais dos tempos. Ler os jornais e ler a Bíblia ao mesmo tempo. Indicar as marcas de Deus, corpo crucificado, nos pobres de um continente. No Brasil, a Conferência do Nordeste, do setor de Responsabilidade Social da Igreja, da Confederação Evangélica do Brasil.

Mas as coisas novas dão sempre medo. Não só pelo novo que elas contém, mas pelas rotinas que abandonam e pelas lideranças velhas que são deixadas de lado. Quem só sabe brincar com pedras se sente estranho em meio a festival de pipas... Aprontaram-se então os machados, para cortar a coisa nova que estava nascendo. Criaram-se nomes terríveis para se justificar o que se iria fazer: mundanismo, evangelho social, secularismo, modernismo, heresias, subversão, marxismo, comunismo, ecumenismo, volta à idolatria católica, abandono da verdade...

E o machado começou a cortar a árvore...

"a palavra, naqueles tempos, era maldita"

Veio então 1964, e os que brincavam com pedras se regozijaram então de que o tempo das pipas tivesse chegado ao fim. Pelo menos agora o ódio teológico encontrava um aliado na espada de Herodes...

E foi então que apareceu uma coisinha modesta e fraca, broto saindo ao lado do toco, dizendo que a vida não acabara. Uns poucos amigos, foragidos da inquisição. CEI, coisa de protestante. Centro Evangélico de Informação. Lugar para se esconder a criança da fúria de Herodes... Só podia mesmo dar informações: a palavra, naqueles tempos, era maldita. Mas o CEI sabia que na informação se escondiam os sinais dos tempos. Indicadores dos lugares da presença de Deus: como crucificado, onde os indefesos são mortos pelos opressores, como promessa de ressurreição onde, a despeito disto, a luta continua.



Anos de solidão: sino distante que marcava o momento litúrgico de uma igreja dispersa, espalhada, que não mais podia se reunir: a nova diáspora. As igrejas protestantes, por muito tempo, ou o ignoraram ou o amaldiçoaram. Os católicos foram mais caridosos... Talvez por terem aprendido, nos anos de repressão, o que significa ser perseguido. O CEI começou a crescer e a se transformar:

*Centro **Ecumênico** de Informação. Para fazer justiça não só à presença católica mas ao fato de que Deus caminha incógnito pelo mundo, manifestando-se mesmo naqueles que não usam os mesmos nomes que usamos para chamá-lo... Por que deveria a solidariedade ecumênica depender de nomes iguais? Por que não poderia ela ser construída em torno de **gestos** iguais? "Tudo o que **fizestes** a um destes meus pequeninos..." O sagrado não é monopólio dos espaços religiosos: o mundo inteiro é corpo de Cristo... E foi assim que a coisa transbordou dos nomes religiosos na procura dos lugares onde acontecem os sinais de luta pela vida. "Para que tenham vida...": os índios, os camponeses/agricultores, os pobres que precisam aprender para viver melhor, os que sofrem nas fábricas — todos estes lugares do sofrimento de Deus. E se compreendeu que as memórias das lutas precisam ser guardadas. Para que não esqueçamos, para que saibamos re/conhecer as marcas de Deus e dos seus mártires... E o CEI acrescentou o D ao seu nome: Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Agora, o Vento que havia sido expulso voltou. Pipas com as cores protestantes podem ser vistas novamente. E o CEDI tem uma memória que se pode ajudar: a arte de empinar pipas se transmite de geração a geração.*

É assim que eu vejo o CEDI: broto nascido de um tronco cortado.
"... Como o terebinto e o carvalho..."
Como o eucalipto,
como o Nordeste,
como o povo.
A vida é sem vergonha e teimosa como o capim...

HISTÓRICO

As Relações do CEDI no Movimento Ecumênico

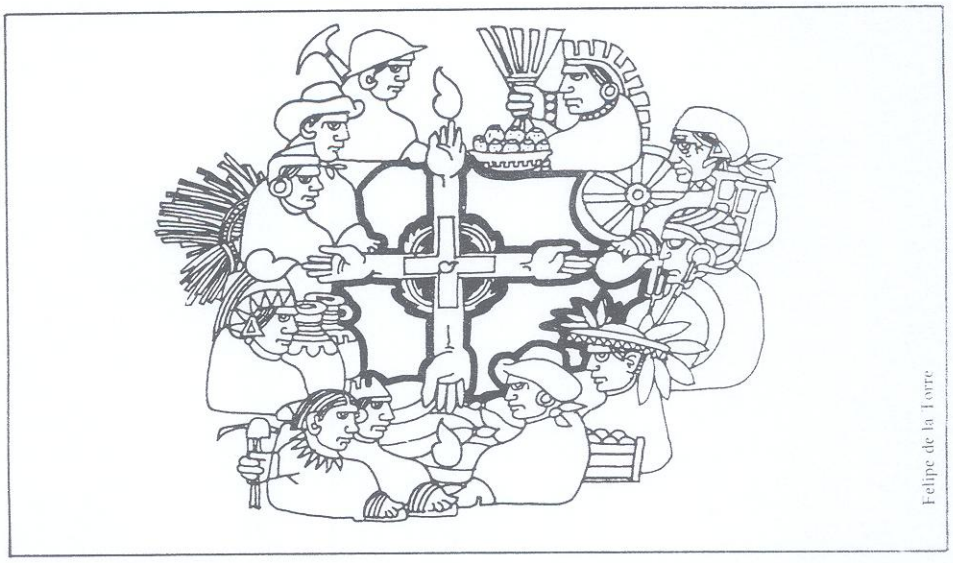
Jether Pereira Ramalho

Marca significativa da proposta de trabalho do CEDI é a sua perspectiva ecumênica. Sem dúvida, o CEDI insere-se em um dos acontecimentos que têm empolgado igrejas e setores da sociedade e criado raízes nas últimas décadas do nosso século: o movimento ecumênico.

O CEDI e o CMI

Dentro da riqueza de expressões do movimento ecumênico, destaca-se, entre outras, a que é representada pelo Conselho Mundial de Igrejas. Fruto de um longo processo de aproximação de diversas Igrejas, impressionadas pelo malogro das suas divisões e do debilitamento que isso tem significado frente aos urgentes desafios do mundo, o Conselho toma forma orgânica a partir de 1948, na célebre Assembléia de Amsterdã. Até o momento presente, esse importante instrumento do movimento ecumênico se fortalece progressivamente e procura ser evidente sinal de unidade e de presença na luta pela justiça. No Brasil, a proposta do Conselho Mundial de Igrejas foi bem compreendida por uma parte das Igrejas Evangélicas, tendo sido alvo, entretanto, de uma negativa e orquestrada campanha por parte daqueles que não alcançaram o seu real significado ou ainda por grupos que se sentem ameaçados em suas posições sectárias e estreitas.

Não sendo porta-voz oficial do Conselho Mundial de Igrejas, nem organismo a ele filiado (o Conselho só tem como membros efetivos as Igrejas), o CEDI, desde a sua origem mais remota, tem tido o privilégio e a coragem de divulgar propostas, posições, estudos, enfim, toda a notável contribuição que o Conselho tem proporcionado à unidade dos cristãos e à luta pela construção de uma sociedade mais justa. Certamente, isso tem atraído para o CEDI desconfianças e ataques oriundos de certa parte de nossas Igrejas e de setores de nossa sociedade. Isso, entretanto, não tem abalado a sua convicção de que o caminho da construção de um novo mundo e de uma nova terra vai passar pela derrubada de muros de separação entre os homens e é empreitada difícil e arriscada, e necessariamente ecumênica.



O CEDI e Concílio Vaticano II

Outro sopro significativo do movimento ecumênico tomou forma com a realização do Concílio Vaticano II e suas irreversíveis e visíveis conseqüências em muitas partes do mundo, especialmente na América Latina e Brasil. A Igreja Católica passou a gozar riquíssimos momentos de renovação. Muitos dos seus setores aprofundaram seus compromissos com as lutas populares e com mudanças necessárias nas estruturas de nossas sociedades. Naturalmente, esse envolvimento renovado e aprofundado da Igreja Católica com a dramática situação dos nossos dias acompanhado de concepção eclesiológica mais ampla, de perspectiva teológica baseada no Evangelho e na prática eclesial, e de uma apropriação mais efetiva da Bíblia pelos setores populares — veio proporcionar-lhe visão mais ecumênica da sua missão no mundo. O CEDI, coerente com a sua proposta e dentro de suas possibilidades, divulgou, alimentou e ofereceu subsídios críticos para essa caminhada, no sentido de possibilitar o avanço não só das Igrejas, como também dos movimentos populares na constante busca de novas formas de relações sociais entre os homens.

O CEDI e a América Latina

Não apenas no âmbito mais amplo do movimento ecumênico, o CEDI tem estado presente e atuante. A sua própria origem está fincada no sopro renovador que esteve presente nas Igrejas da América Latina, principalmente nas décadas de 50 a 70. Todos aqueles que estudam o movimento ecumênico latino-americano ressaltam a contribuição que teólogos como Richard



Este selo representa o nosso protesto contra a intervenção militar na Nicarágua

Schaull, Rubem Alves, Maurício Lopes e muitos outros fizeram para uma melhor compreensão do compromisso dos cristãos e das Igrejas com o processo social no qual estão envolvidos. O impacto que o movimento chamado "Igreja e Sociedade na América Latina — ISAL" produziu em nosso continente teve profundas repercussões no Brasil. A seriedade e a profundidade dos seus estudos, o significado e a atualidade dos seus projetos, a ousadia e a oportunidade de suas atitudes e posições, marcaram, de forma indelével, pessoas e grupos. Pode-se afirmar que uma das fontes inspiradoras do CEDI está na raiz desse movimento que grassou de maneira mais particular entre grupos das Igrejas Evangélicas. Nos arraiais católicos, mais ou menos no mesmo período, passaram a ser decisivas as conseqüências da Conferência de Medellin (1968).

Modificações tão profundas entre os cristãos teriam que confluir para um estuário ecumênico, já que não havia sentido em atitudes e programas isolados. O CEDI é, entre outros, um movimento ecumênico resultante desse processo maior. Inicialmente mais modesto, editando um Boletim, o CEI (1965), e até o momento de tomar forma mais definida e institucionalizada (1974), o CEDI tem procurado sempre ampliar sua missão e construir sua proposta numa perspectiva latino-americana. Não teria sentido o CEDI restringir-se a uma perspectiva confessionalista, muito menos erigir-se em uma intenção meramente nacionalista na sua proposta de trabalho. Compreende-se que seu compromisso e sua luta fazem parte de um processo mais amplo que atinge, de forma comum, os países latino-americanos. Assim sendo, participou ativamente da ASEL — Ação Social Ecumênica Latino-Americana — e atualmente é um dos grupos da Rede Latino-Americana da Comissão de Participação das Igrejas no Desenvolvimento, do Conselho Mundial de Igrejas. Além dessa participação, o CEDI desenvolve todo um espírito de solidariedade com os povos irmãos e suas publicações espelham, de forma inequívoca, essa posição, e divulgam, constantemente, as grandes lutas e questões dos povos da América Latina. O CEDI compreende ainda que não tem sentido uma perspectiva isolacionista na sua proposta de trabalho e que há fortes elementos comuns na luta dos



VI Assembléia do CMI

povos latino-americanos, luta, portanto, ecumênica numa concepção ampla do termo.

Com muito maior razão, essa visão fundamentalmente ecumênica do CEDI reflete-se na sua prática de trabalho no Brasil. Ele compreende que não se podem constituir, nem alimentar, instituições e movimentos paralelos e competitivos, com a grande experiência da pastoral popular e, ainda mais, com o crescente movimento das classes trabalhadoras no Brasil. Sendo um dos instrumentos de serviço a esses movimentos, coloca-se ao lado de outros grupos e instituições que, tanto no campo eclesial como do movimento social mais amplo, perseguem os mesmos objetivos.

Isso se reflete numa atitude que procura ser madura e ampla, humilde e conseqüente, na busca de melhores caminhos para que o nosso povo possa construir o projeto histórico no qual venha a ser o agente principal e em cujo processo as Igrejas estejam presentes como participantes efetivas.

HISTÓRICO

Documentação: dos dossiês ao Memória

Cláudio Araújo Nascimento

No princípio era um mar de papel. Três pessoas navegavam em meio a jornais, revistas, boletins, etc. Aos poucos, formou-se a equipe de Documentação. Recortar, dividir por temas, catalogar. Como numa linha de montagem, um trabalho repetitivo e monótono.

A partir de 1977, começamos um trabalho de discussão em cima do material recortado. Tentativa de compreender o quadro político-econômico e social através da leitura da grande imprensa e de boletins mimeografados. Selecionava-se o principal e publicava-se a CRONOLOGIA. Assim, a Documentação era mais uma "escola de formação política", o documentar vinha em consequência.

1977: A sociedade civil se rearticula. Os estudantes se mexem. O Governo Geisel redefine estratégicas e inicia a chamada "Missão Portela". A Documentação prepara um Dossiê intitulado **"A Igreja e a Missão Portela"**, que serviu de debate no conjunto do CEDI e foi distribuído entre alguns bispos. A Documentação começava a sair para o "exterior". Enfim, não iríamos "morrer afogados em papel".

Contudo, foi com a movimentação sindical em torno da questão da reposição salarial, em meados de 77, que elaboramos mais um Dossiê. Chamava-se **"A Revolução Salarial: os metalúrgicos têm razão"** e foi distribuído para um grupo de oposição metalúrgica de São Paulo.

Nesta época, a CRONOLOGIA era o eixo principal de nosso trabalho. De início produzida para o pessoal da Casa, em seguida passou a ser distribuída aos grupos de pastores do Rio e de outros Estados. Das sugestões vindas desses movimentos de base, passou a se chamar ACONTECEU. (V. "As publicações do CEDI").

Com a ampliação dos temas do Boletim do CEI, incorporando notícias seculares, a equipe de Documentação ficou encarregada das notícias político-econômico-sociais.

A partir das notícias sobre movimento operário e sindical do ACONTECEU, no período de um ano, em 1979

publicamos o "ACONTECEU Especial" sobre **as lutas dos trabalhadores em 1978.** Documento rico em informações sobre as primeiras grandes greves ocorridas no país após 1968. Foi traduzido para o francês pelo CEDAL-Centre d'Etude du Développement en Amérique Latine-, servindo como material de trabalho para o Birô da Oposição Sindical no exterior.

Em 1979, o Governo Figueiredo iniciava sua gestão deparando-se com greves de diversas categorias em todo o país. **"O Povo se Mexe"**, foi o Dossiê que lançamos para cobrir esse rico momento dos movimentos sociais no país.

Como subsídio à reunião dos católicos em Puebla, o setor Documentação elaborou um precioso documento, **"Repressão à Igreja no Brasil".** Utilizando-se de fontes importantes, esse documento foi sem dúvida o que teve maior divulgação e impacto na opinião pública.

Recebiamos muitas publicações da hoje chamada Imprensa Mimeografada, o que espelhava a existência de vários centros de documentação, dispersos e duplicando trabalho. Era urgente um trabalho em conjunto. Foi da Documentação do CEDI que partiu a iniciativa de um Encontro Nacional desses Centros. Aconteceu em Vitória, em 1977, e foi o primeiro no gênero. Hoje, após o 4º Encontro Nacional, o trabalho de intercâmbio e articulação está bastante avançado.

A partir de 79, tornou-se necessária uma definição mais precisa do trabalho enquanto documentação. Apesar dos esforços, havia muita improvisação, que se devia à forma como o trabalho foi "inventado". Fazer o Aconteceu semanal, Dossies , discussões, etc, tomava muito tempo e prejudicava o trabalho específico de documentar. Eram cerca de 20 mil recortes por ano que tinham de ser catalogados e exigiam trabalho integral.

A Documentação tinha um grande desafio pela frente: organizar o material disponível, eliminar ou doar o que não era possível absorver. Recuperar elos perdidos da memória escrita de tantos momentos. Descobrir áreas apagadas e jogá-las novamente em circulação. Chegou-se então ao **Memória** (ver "Documentação no CEDI uma Prática Alternativa" na cessão "O CEDI Hoje").

HISTÓRICO

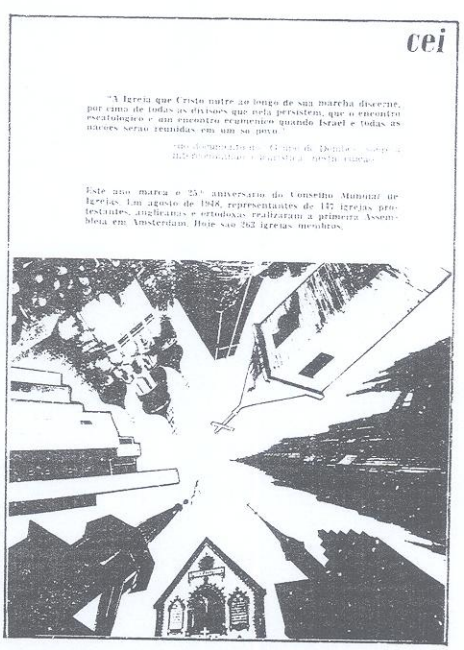
As Publicações do CEDI

Já se passaram 19 anos. Em 1965, um pequeno grupo de cristãos se junta e resolve expressar sua caminhada de fé. Era indispensável encontrar um canal de comunicação para divulgar acontecimentos, reflexões e perplexidades daqueles comprometidos com os setores das Igrejas que estavam convictos de que a sua fé era imperativa para a luta por uma sociedade melhor, com todos os riscos que essa opção poderia levar. E cria-se o CEI, com seu boletim, pequeno e despretensioso. Centro Evangélico de Informações, que logo em seguida transforma-se em Centro Ecumênico de Informações. Primeiro, se noticiaram apenas acontecimentos, depois documentos que marcavam posições, principalmente das Igrejas, estudos bíblicos, reflexões teológicas, fotografias, poemas.

Boletim do CEI

Mas o processo iniciado, numa conjuntura marcada pela repressão política, passou a exigir mais. De muitos lugares chegam também sinais de solidariedade e estímulo. É preciso continuar, engrossar a voz, torná-la mais potente. Funda-se uma editora: Tempo e Presença (1968). As publicações ganham força. Editam-se também livros e em 1972, produz-se o SUPLEMENTO DO CEI. Veio com a intenção de aprofundar temas e discussões levantados no BOLETIM DO CEI, com artigos que tratavam mais cuidadosamente dos problemas da realidade social e da realidade das Igrejas.

Para este grupo de cristãos vai se tornando mais definido o compromisso com as Igrejas que fazem sua opção pelo trabalho pastoral popular e com o fortalecimento dos movimentos populares. E essa tarefa se apresentava como uma tarefa ecumênica. Ecumênica no sentido amplo e não apenas numa perspectiva institucional.


cei

"A Igreja que Cristo nutre ao longo de sua marcha discente, por cima de todas as divisões que nela persistem, que o encontro escatológico e um encontro reprimido quando Israel e todas as nações serão reunidas em um só povo."

Este ano marca o 25º aniversário do Conselho Mundial de Igrejas. Em agosto de 1948, representantes de 147 igrejas protestantes, anglicanas e ortodoxas realizaram a primeira Assembléia em Amsterdam. Hoje são 262 igrejas membras.

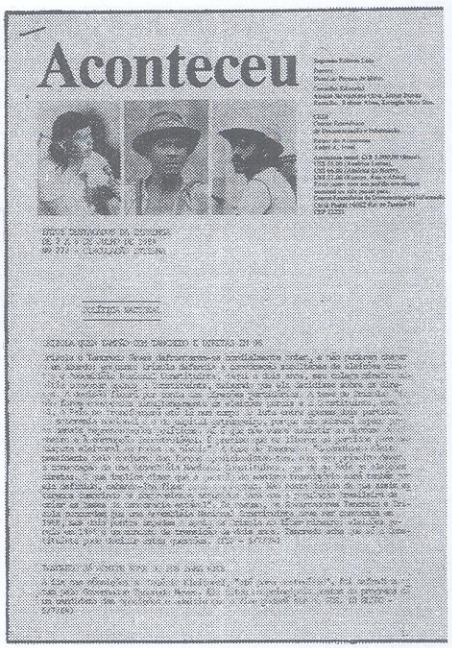
Capa do Boletim do CEI, n.º 79, junho de 73.

TEMPO E PRESENÇA

Em 1974, após uma avaliação política cuidadosa, este movimento se estrutura e se institucionaliza através da criação do CEDI. A pastoral popular já desempenha um papel fundamental no trabalho junto aos grupos populares e na construção de novas formas de ser Igreja. Neste contexto, o **BOLETIM DO CEI** (150 números entre 1965 e 1979) passou a ser pequeno para exprimir e aprofundar as novas experiências. O Boletim então se transformou na revista **TEMPO E PRESENÇA**, mais ampla, com um novo projeto gráfico e que refletia a tentativa de expressar o crescimento do trabalho do CEDI, numa perspectiva política de atuação junto aos movimentos populares ligados ao trabalho das Igrejas. Assim diz o editorial do número 151, o primeiro da nova fase da Revista: "Pretendemos ser uma **Presença** ativa e comprometida com esta nova Igreja que nasce dos pobres, os amados de Jesus Cristo. Prioritariamente, a boa nova é anunciada aos pobres e oprimidos. E estas vivem num tempo preciso e determinado: o nosso **TEMPO**. E ser **Presença** desta renovação constante exigida de nós pelo evangelho é o que determina a nossa fé e a esperança que nos une e compromete com os verdadeiros construtores da nossa sociedade: a classe trabalhadora".

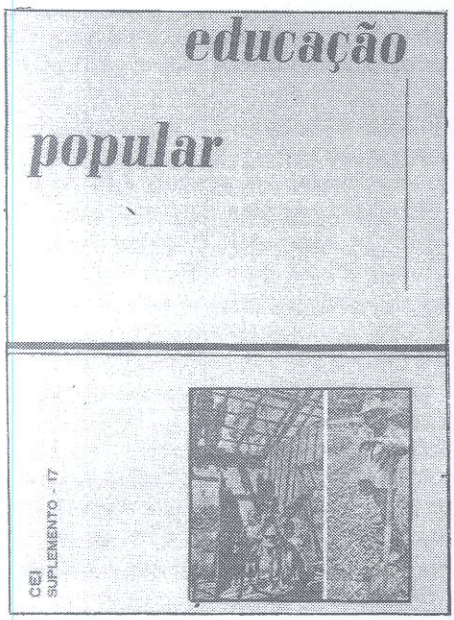
Também o **SUPLEMENTO DO CEI** se modifica e passa a se chamar **TEMPO.** Há na revista **TEMPO,** uma nova roupagem, mas a mesma proposta. Desta série de publicações, algumas se destacaram. O SUPLEMENTO DO CEI 17 sobre Educação Popular, esgotou-se rapidamente porque tratava, de forma séria e inovadora, as questões relativas ao trabalho junto aos grupos populares. Com "Os Estudos Bíblicos de um Lavrador", TEMPO 25, foi necessária uma nova edição. Tratava-se de interessante leitura da Bíblia vista sob a perspectiva de um homem do campo brasileiro. Também foi importante o TEMPO 27, a reprodução da "Missa da Terra sem Males", com um belíssima texto de D. Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra, acompanhado de fotos de Claudia Andujar, sobre a situação dos povos indígenas nas Américas.





ACONTECEU

Em meados de 1977, a necessidade de sistematização da leitura de notícias dos jornais diários do eixo Rio-São Paulo, dentro do próprio CEDI, fez surgir uma nova publicação, inicialmente chamada CRONOLOGIA. Notícias, principalmente relativas aos movimentos populares, eram resumidas para consumo interno e, logo começou uma pequena distribuição a outros centros até atingir a forma atual do ACONTECEU semanal, mimeografado. O ACONTECEU procura atingir um público formado de trabalhadores rurais e urbanos, sindicatos, índios, movimentos populares, agentes da pastoral popular. Esse material tem sido utilizado em discussões de grupo, aulas, cursos nos mais variados locais. Em decorrência desse trabalho semanal, foi planejado e lançado o ACONTECEU ESPECIAL. Já foram publicados nesta série 14 números, incluindo principalmente balanços anuais de lutas dos trabalhadores urbanos, rurais e dos povos indígenas. DO ACONTECEU semanal, em 1982, surge um novo desdobramento — O ACONTECEU EVANGÉLICO, noticioso específico para os grupos evangélicos que procura, dentro da linha de publicação "ACONTECEU", veicular informações com outras ênfases e perspectivas mais afinadas com os propósitos políticos e teológicos do CEDI.





CADERNOS DO CEDI

Os CADERNOS DO CEDI, lançados no bojo das modificações que fizeram o Boletim do CEI se transformar em TEMPO E PRESENÇA, apareceram com a intenção de publicar trabalhos e reflexões sobre as diversas áreas atingidas pela pastoral popular. Assim têm sido tratados os mais variados temas (Educação popular e escolarização, Experiências de Coletivização no Campo, por exemplo), numa linha de apresentar experiências realizadas pelo trabalho de assessoria do CEDI ou por trabalhos com uma postura de valorização dos movimentos populares, sem no entanto, deixar de apresentar as questões mais críticas e os problemas que as envolvem.

Finalmente, há os livros publicados pelo CEDI ao longo destes anos. Dentre elas encontramos documentos produzidos pelo Conselho Mundial de Igrejas, passando pela "Discussão sobre a Igreja" de Zwinglio M. Dias (1975), as meditações de Rubem Alves em "Creio na Ressureição do Corpo" (1982), até os "Poetas do Araguaia" (1983). Foram 13 no total, resultado de propostas ocasionais, refletindo a diversidade de grupos e instituições com que o CEDI trabalha.